

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM
AGROPECUÁRIA INTEGRADO: Experiência do IFMA
Campus São Luís Maracanã, no Assentamento Diamante
Negro Jutay.**

EXPEDITO DA CRUZ GOMES OLIVEIRA

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO:
Experiência do IFMA Campus São Luís Maracanã, no Assentamento
Diamante Negro Jutay.**

EXPEDITO DA CRUZ GOMES OLIVEIRA

Sob a Orientação da Professora

Sandra Barros Sanchez

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica/RJ
Maio de 2010

630.71098121

O48p

T

Oliveira, Expedito da Cruz Gomes, 1953-.

Pedagogia da Alternância na Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado: Experiência do IFMA Campus São Luis Maracanã, no Assentamento Diamante Negro Jutay / Expedito da Cruz Gomes Oliveira - 2010.

92 f.: il.

Orientador: Sandra Barros Sanchez.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 56-57.

1. Ensino agrícola - Maranhão - Brasil - Teses. 2. Ensino técnico - Avaliação - Teses. 3. Aprendizagem - Avaliação - Teses. I. Sanchez, Sandra Barros, 1963-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

EXPEDITO DA CRUZ GOMES OLIVEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 24 de maio de 2010.



Sandra Barros Sanchez, Dra. UFRRJ



Gabriel de Araújo Santos, Dr. UFRRJ



Maria de Lourdes Bernartt, Dra. UTFPR - Campus Pato Branco

DEDICATÓRIA.

Ao meu filho, Esclepiades Neto.
À minha filha Lianna Maria

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus que é o nosso poder maior e nos permite realizar projetos extraordinários em nossas vidas.

Ao meu filho Esclepíades Neto, pela vibração, incentivo e pelas belíssimas contribuições durante todo este trajeto.

À minha filha Lianna que entendeu rapidamente o meu propósito de fazer este mestrado e, além de apoio veemente e incentivo, deu-me presentes extremamente úteis além de materiais e equipamentos que me ajudaram bastante a encarar este desafio.

Ao meu genro Teófilo, pela paciência ao trabalho que dei em tantas idas e vindas ao aeroporto, pela amizade, pela presença constante e pelos presentes sempre muito úteis à realização deste trabalho.

À minha esposa Maria José, companheira de todos os momentos e incentivadora incansável.

À minha amiga Jandira, que quase chegou a decidir por mim que eu tinha que fazer este mestrado; deu-me a sugestão para o tema, emprestou-me modelo de pré-projeto, publicações Leis Federais na área da educação e fez as primeiras correções no pré-projeto.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a Sandra Barros Sanchez, pelo apoio, pelo carinho e pela confiança e imprescindíveis contribuições.

A todos os professores que colaboram com o PPGEA e em especial ao Prof^o. PhD Gabriel de Araújo Santos, pela magnífica idéia de criar o PPGEA, além do incentivo a todos os alunos durante os encontros, ao Prof^o. Nilson Brito pela inestimável colaboração na logística de apoio ao programa e à Secretária Marize Setúbal Sampaio, pela paciência e competência no encaminhamento das questões administrativas, que viabilizam nossas idas e vindas.

Ao amigo e colega de turma Ronaldo, pelas trocas de idéias e experiências e pela paciência em ajudar-me com a informática em vários momentos.

Aos colegas de turma, pelos bons momentos de alegria e troca de experiências vividas.

BIOGRAFIA

EXPEDITO DA CRUZ GOMES OLIVEIRA, filho de Esclepíades de Oliveira e Joana Gomes Oliveira, nasceu em 29 de novembro de 1953, em São Luis, capital do estado do Maranhão.

Graduado em Engenharia Agrônômica pela Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), hoje Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em São Luis. Especializado em Administração Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Especializado em Habilitação para o Magistério pela Universidade Estadual do Maranhão.

Iniciou as atividades profissionais em 1978, na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão (EMATER-MA), trabalhando por 17 anos no Serviço de Extensão Rural, até março de 1996. Em 1997 ingressou, por concurso público, na Escola Agrotécnica Federal de São Luis-MA (EAFSL-MA) hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus São Luis Maracanã (IFMA) onde exerce até a presente data a função de Professor de Ensino Técnico e Tecnológico.

Iniciou no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em abril de 2008, com defesa da dissertação em maio de 2010.

RESUMO

OLIVEIRA, Expedito da Cruz Gomes. **Pedagogia da Alternância na Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado: Experiência do IFMA Campus São Luis Maracanã, no Assentamento Diamante Negro Jutay.** 2010. 92 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ. 2010.

A presente pesquisa tem por objetivo avaliar o nível de formação técnica adquirida pelos alunos do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrada e que utiliza a Pedagogia da Alternância no processo de ensino-aprendizagem, para trabalhadores rurais assentados e filhos de assentados da reforma agrária. A proposta de pesquisa nasceu de inquietações surgidas durante o planejamento e a execução do Curso criado em parceria com o MST/IFMA/INCRA-PRONERA. Um dos maiores desafios foi a forma de participação dos educandos, assim optou-se pela Pedagogia da Alternância. Os alunos foram reunidos em duas turmas que se alternavam no Assentamento Diamante Negro Jutay, local dos Tempos Escola. O curso foi organizado em sete tempos escola (TE) e seis tempos comunidade (TC), para cada turma. Cada etapa reunia entre dez a doze disciplinas. A avaliação de desempenho dos educandos foi outro grande desafio. A representação numérica dos conhecimentos adquiridos ficou organizada em três níveis: quantitativa (5pontos); qualitativa (3pontos) e atividades do TC (2pontos). Dentre os 52 docentes atuantes, 14 eram ligados ao Instituto Federal do Maranhão (IFMA); 6 ligados ao MST e outros 32 contratados pelo período correspondente ao módulo que iriam trabalhar. Houve preocupação em orientar os docentes quanto ao público (os educandos) e a metodologia a ser desenvolvida. Após os estágios curriculares, os alunos apresentaram os seus trabalhos de conclusão de curso (TCC). Nas defesas dos TCC; nas respostas dadas aos questionários de avaliação e auto-avaliação e no resultado do teste de conhecimentos específicos foi possível perceber o bom nível adquirido pelos educandos. A corroboração desta percepção inicial foi constatada nas visitas que fizemos a seis educandos em seus assentamentos e instituições profissionais onde estão atuando profissionalmente. Há ainda outros 12 trabalhando no órgão de assistência técnica do estado (dados parciais). O importante foi a permanência do jovem em seu ambiente familiar.

Palavras-chave: Pedagogia da Alternância, Educação Profissional Agrícola, Educação do Campo.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Expedito da Cruz Gomes. **Pedagogia da Alternância na Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado: Experiência do IFMA Campus São Luís Maracanã, no Assentamento Diamante Negro Jutay.** 2010. 92 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ. 2010.

The work object of study is designed to discuss the Technical Professional Education at the Secondary Level in Integrated Farming as a tool for professional qualification in agriculture for children of settlers and settlers, from official settlements of Agrarian Reform, of the states Maranhão, Pará and Tocantins with the coordination of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST in partnership signed between Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-Campus São Luís-Maracanã IF-MA/Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no Maranhão-FUNCEMA/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA/Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA/Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST with duration of three years. There fore we sought to assess the conditions of basic education of students applying for the course, we looked up the aspects of housing demand and the technology demand for the work performed by each other in their settlements. For that several meetings were held in the IFMA, with participation of representatives of the MST, and potential students, seeking to adjust the curriculum matrix and the appropriate hours for each technical discipline in basic secondary education, both for time- as the school –time as community-time. Depending on load time, the set time shall denominated time-face in school in number of seven and the time-community in number of six. In this shape composed of ten or twelve disciplines. Subsequently we discussed how presentation the content f the subjects: by one or more disciplines for time? For operational questions in functions of the various factors, we decided for one discipline for time. The majority of the disciplines had timetable of 40 hours, causing the intensive work of the discipline for both, the teacher and students: Five days for week and full time. The techniques disciplines were divided in theoretical and practical parts in their own areas of Black Diamond Jutay Settlement, city of Igarapé do Meio-MA, at 210 km from the capital São Luís, place of performance of all school-time. The content of teaching, especially the technical disciplines are scheduled to served the teachers' expectations for the agricultural applicability in professional activities in their areas of production. The development of the activities had in the learning estimate of the teachers, the big challenge for the teachers and educational coordination of the course. We search, therefore to value the empirical knowledge brought by the students and thus to evade to the classificatory or exclusive. The students surprised with works elaborate of conclude course, the works were based on rich experience in their place of origin and the fields of training. Emphasized that the 180 hours of traineeship occurred on two occasions: Just over 50% of working hours in educational units and production itself in IF-MA and the remainder in agricultural business and institutions devoted to the primary sector, especially in Technique Assistance. Therefore is expected to produce desire satisfactory qualification effect in the training of 100 technicians who will act in agricultural production and technical assistance in the areas of settlement in the states of origin.

KEY WORDS: Agricultural vocational education, training in alternation. the education field.

LISTA DE TABELAS

1. Primeira Avaliação – início do curso.....	38
2. Segunda Avaliação – final da etapa VII do curso.....	39
3. Percentual de acertos no teste de conhecimentos específicos.....	44
4. Resultados do teste de conhecimentos específicos.....	45

LISTA DE GRÁFICO

1. Motivação para participação no curso.....	40
2. Motivação para participação no tempo escola na Vila Diamante.....	40
3. Sentimento dos alunos durante as aulas do tempo escola.....	41
4. Cumprimento das tarefas do tempo escola.....	41
5. Cumprimento das tarefas do tempo comunidade.....	42
6. Condições de assumir empreendimento próprio ou de terceiros.....	42
7. Indicação das cinco disciplinas de maior interesse.....	43
8. Grau de conhecimento adquirido.....	46
9. Expectativa dos alunos em relação à conclusão do curso.....	46
10. Expectativa quanto à trabalhar na profissão.....	47
11. Autoavaliação dos alunos.....	48
12. Avaliação da turma.....	48
13. A importância do curso na vida do aluno.....	49

LISTA DE APÊNDICES

1. Convite aos alunos para aplicação de questionário.....	74
2. Convite aos professores para aplicação de questionário.....	75
3. Convite aos coordenadores para aplicação de questionário.....	76
4. Modelo de teste específico.....	77
5. Modelo de entrevista com os alunos.....	88
6. Modelo de entrevista com os professores e coordenadores.....	90
7. Questionário inicial aplicado ao final da etapa I das turmas I e II.....	91
8. Questionário final aplicado ao final da etapa VII das turmas I e II.....	92

LISTA DE ANEXOS

1. Mapa do Brasil.....	59
2. Mapa da Região Nordeste do Brasil.....	60
3. Mapa do Estado do Maranhão.....	61
4. Instruções para preenchimento do diário de classe.....	62
5. Diário de classe (verso).....	64
6. Diário de classe (frente).....	65
7. Cronograma das atividades pedagógicas por etapa por turma.....	66

LISTA DE SIGLAS

ARCAFAR – Associação Nacional das Casas Familiares Rurais
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CFR – Casa Familiar Rural
CGE – Coordenação Geral de Ensino
CGPP – Coordenação Geral de Produção e Pesquisa
COAGRI – Coordenadoria Nacional de Ensino Agropecuário
CPJ – Centro de Formação e Pesquisa Padre Josimo Tavares
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DDE – Departamento de Desenvolvimento Educacional
DOU – Diário Oficial da União
EAFSL-MA – Escola Agrotécnica Federal de São Luis Maranhão
EFA – Escola Família Agrícola
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNCEMA – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no Maranhão
GOT – Ginásio Orientados para o Trabalho
IFE – Instituição Federal de Ensino
IFMA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério de Educação e Cultura
MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
MFR – Maison Familiale Rurale
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PPGEA – Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola
PREMEM – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino
PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEAV – Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário
SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENETE – Secretaria Nacional de Educação Tecnológica

SESG – Secretaria de Ensino do Segundo Grau

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UAEFAMA – União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão

UEP – Unidade Educativa de Produção

VEC – Vara de Execuções Criminais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I . EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL... ..	3
1.1 A EDUCAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL	3
1.2 A EDUCAÇÃO AGRÍCOLA NO MARANHÃO.....	9
1.3 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.....	14
CAPÍTULO II . PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA.....	20
CAPÍTULO III . EXPERIÊNCIA DO IFMA NO ASSENTAMENTO DIAMANTE NEGRO JUTAY.....	24
CAPÍTULO IV - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	29
4.1 CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA	29
4.2 SUJEITOS DO ESTUDO	30
4.3 CENÁRIO DA PESQUISA.....	32
4.4 INSTRUMENTAÇÃO DE COLETA DAS INFORMAÇÕES	32
4.5 COLETA DE DADOS	35
4.6 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	36
CAPÍTULO V - RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	37
5.1 A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS.....	37
5.2 A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES E COORDENADORES.....	49
5.3 AS VISITAS AOS ASSENTAMENTOS.....	52
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	56
ANEXOS	58
APÊNDICES.....	73

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio tem se constituído como o nível mais carente de identidade, em decorrência da sua própria natureza de mediação entre a educação fundamental e a formação profissional de nível superior. Ele apresenta dupla função: preparar para a continuidade dos estudos e, ao mesmo tempo, para o mundo do trabalho.

Com efeito, o Ensino Médio mostra-se ambíguo uma vez que esta não é apenas uma questão pedagógica, mas política, determinada pelas mudanças nas bases materiais de produção que se define a cada época (SOBRAL, 2008).

A Educação Profissional na Agropecuária passa da mesma forma, por dificuldades similares, com o agravante de que a formação profissional ocorre em regiões distantes dos locais de moradia dos jovens, não sendo diferente no Maranhão.

Embora os problemas da educação não estejam apenas no campo, é onde a situação sempre foi mais grave. Pois, além de não ser considerada a realidade sócio-ambiental onde está inserida, esta sempre foi tratada, pelo poder público, com políticas compensatórias, programas e projetos emergenciais.

Na visão genérica da educação, há ainda a dualidade entre a formação propedêutica, voltada para as classes privilegiadas e a formação profissional, para os desvalidos da sorte.

Ao longo dos anos foram feitas várias reformas educacionais, pelo Governo Federal do Brasil, voltadas para a educação do campo na tentativa de ajustar o perfil do técnico em agropecuária às mudanças conceituais e tecnológicas da produção agrícola.

As propostas mais recentes para o ensino agrícola visam a empregabilidade, o empreendedorismo e não necessariamente o vínculo empregatício com instituições públicas ou privadas, embora isto ainda ocorra em menor escala.

Há constatação da existência de um número reduzido de técnicos em agropecuária formados nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (antigas Escolas Agrotécnicas Federais) que retorna ao seu meio para viver e trabalhar com suas famílias.

Essa constatação incitou as organizações sociais do campo como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentre outras, a reivindicarem um novo modelo de formação do técnico em agropecuária, que atendesse, prioritariamente, a coletividade, a autonomia e a emancipação humana.

Há, portanto, um esforço das instituições ligadas ao produtor rural sobre a necessidade de buscar, na educação do campo, o resgate da condição camponesa desse jovem

de forma que não emigrasse na busca de emprego nas cidades ou nas grandes empresas multinacionais.

Com a utilização de políticas para a Educação do Campo, o Governo Federal tornou possível levar o ensino profissional agrícola aos assentamentos da reforma agrária possibilitando aos jovens a chance de qualificar-se na sua profissão através da formação de Técnico em Agropecuária.

Nessa perspectiva, foi concebida por iniciativa do MST, a parceria entre instituições ligadas à educação e ao desenvolvimento rural surgindo então o projeto de formação técnica através do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado, utilizando a Pedagogia da Alternância como metodologia.

Dentro deste contexto, a grande problemática que se apresenta é de poder responder de forma objetiva e organizada a seguinte questão: “Qual o nível de formação técnica adquirida pelos alunos após três anos de Formação Profissional em Agropecuária?”.

Dessa forma, a elaboração da dissertação foi organizada situando-se o público alvo e apontando-se a especificidade do ensino agrícola de nível técnico.

No capítulo 1, traçou-se um cenário onde estão presentes dados e fatos relacionados ao histórico do ensino agrícola no Brasil, no Maranhão e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

No capítulo 2, ressalta-se a origem da Pedagogia da Alternância e a mesma no Brasil e no Maranhão, como alternativa para a formação profissional dos jovens e adultos.

No capítulo 3, o enfoque foi centralizado na experiência realizada e obtida pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) no Assentamento Diamante Negro do Jutay.

No capítulo 4, são apresentadas as bases metodológicas utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa.

No capítulo 5, são apresentados os resultados obtidos e considerações a respeito.

Assim, é intenção que esta dissertação não seja compreendido como uma proposta acabada, mas como um material gerador no processo de estudos e discussão, para maiores reflexões sobre a formação do Técnico em Agropecuária utilizando-se a Pedagogia da Alternância como metodologia.

CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL NO BRASIL

1.1 A Educação Técnica Profissional Agrícola no Brasil

A trajetória da educação profissional no Brasil registra unicamente decisões especiais com vistas a “amparar os órfãos e os desvalidos da sorte”, caracterizando-se, então, por um tratamento puramente assistencialista que não se esgotou naquele momento.

A educação profissional brasileira tem o seu marco histórico ainda no Período Imperial, a partir da chegada da Família Real ao Brasil (1808) e a criação do “Colégio de Fábricas”, logo em seguida à decisão de reabertura das indústrias manufatureiras no país. A partir de então, deu-se início o trabalho de inovações tecnológicas na educação profissional, com vistas dentre outras demandas, à criação do ensino agrícola necessário para atender às novas exigências da Colônia. Já, em 1812, foi criado o primeiro curso de agricultura brasileiro, junto ao horto real na Bahia, denominado Imperial Escola Agrícola do Brasil. Já em 1816 foi criada a Escola de Belas Artes do Brasil, com o propósito de articular o ensino das ciências e do desenho para os trabalhadores da mecânica. Em seguida em 1861, foi promulgado o Decreto Real que estabelecia a criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, cujos egressos tinham primazia para o provimento dos cargos públicos do Governo do Estado.

Neste cenário, foram deflagradas as instalações das primeiras instituições profissionalizantes de educação agrícola. Neste período, foram criadas mais três escolas agrícolas: uma no Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, outra em Piracicaba, no Estado de São Paulo e a terceira no Município de Lavras, em Minas Gerais. Estabelecendo-se assim, o ensino elementar e profissional, destinados a agrônomos e a veterinários.

O ensino técnico agrícola de nível médio teve grande repercussão a partir da criação dos Patronatos Agrícolas e dos Aprendizados agrícolas, que tinham caráter especialista, de incentivo.

Na década de 1840, foram criadas as Casas de Educandos e Artífices em dez capitais brasileiras para “proteger”, prioritariamente os menores abandonados, no intuito de “reduzir a criminalidade e a vagabundagem”. Posteriormente, em 1854, o Decreto Imperial instituía estabelecimentos especiais para abrigar os menores abandonados denominados de “Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos da Sorte”, onde eram alfabetizados e em seguida encaminhados para contratos de trabalho junto às instituições públicas e privadas.

A partir de então, houve uma sequência de instituições destinadas a “amparar crianças órfãs e abandonadas”, proporcionando instrução teórica e prática no ensino industrial. Com destaque para os Liceus de Artes e Ofícios, instaladas no Rio de Janeiro em 1858; Salvador em 1872; Recife em 1880; São Paulo em 1882; Maceió em 1884 e Ouro Preto em 1886.

Assim,

[...] A primeira Constituição Republicana, promulgada em fevereiro de 1891, fixa no capítulo IV trinta e cinco atribuições privativas do Congresso Nacional e quatro não-privativas, sendo a terceira: ‘criar instituições de ensino superior e secundário nos estados’ e, a quarta: ‘prover à instrução secundária no Distrito Federal (CAMPANHOLE & CAMPANHOLE, 1983, p. 575-578 *apud* SAVIANI, 1996).

A partir do início do século XX, o ensino profissional continuou com o seu caráter assistencialista aos “órfãos e desvalidos da sorte”, mas passou a dedicar-se, de forma mais intensa, com a organização da formação profissional para a formação de operários para o trabalho profissional.

O ensino profissional passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a partir de 1906. Consolidou-se, assim, a política de incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola. Para o ensino comercial foram instaladas escolas comerciais em São Paulo, como a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado e escolas comerciais públicas no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais.

As Escolas de Pobres e Artífices destinadas aos “pobres e humildes” foram criadas, pelo Presidente Nilo Peçanha, em 1910. Estas eram escolas similares aos Liceus de Artes e Ofícios outrora criados. Prioritariamente, foram criadas para o ensino industrial, mas em seguida foi organizado o ensino agrícola, voltado para a formação de “chefes de culturas, administradores e capatazes”.

Na década de 1920, a Câmara dos Deputados promoveu uma série de debates sobre a educação profissional, nos quais propunha a expansão do ensino profissional a todos, pobres e ricos e não apenas aos “menores abandonados”, “órfãos” e “desvalidos da sorte”. A partir de então, foram criadas comissões de trabalho denominadas Serviços de Remodelagem do Ensino Profissional Técnico, que teve o seu trabalho concluído na década de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Nesse mesmo cenário surgiu um grupo de educadores brasileiros com idéias inovadoras para a educação, culminando com promoção das Conferências Nacionais de

Educação. Em 1931 foi criado o Conselho Nacional de Educação e logo em seguida foi efetivada uma reforma educacional, que foi batizada pelo nome do Ministro Francisco Campos, até o ano de 1942 quando começou a ser aprovado o conjunto de leis denominadas Leis Orgânica do Ensino mais conhecidas como Reforma Capanema.

Merece destaque, dentre as reformas do Ministro Francisco Campos, os Decretos Federais nº. 19.890/31 e 21.241/32 que regulamentaram a organização do ensino secundário e o Decreto Federal nº. 20.158/31 que organizou o ensino profissional comercial e regulamentou a profissão de contador.

A Constituição de 1934 inaugurou uma nova ordem na política nacional de educação ao estabelecer como competência do estado traçar Diretrizes da Educação Nacional e estabelecer o Plano Nacional de Educação.

Com a nova Constituição de 1937 outorgada, quase toda a organização educacional estabelecida, anteriormente, foi abandonada. Entretanto, pela primeira vez, uma Constituição tratou das escolas vocacionais e pré-vocacionais, como um dever do Estado para as “classes menos favorecidas” (Art. 129). Essa obrigação do Estado deveria ser cumprida com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, as chamadas classes produtoras, que deveriam criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários e de seus associados. Isso desencadeou o processo de criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942 e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946. Estas eram demandas do processo de industrialização iniciados nos anos de 1930.

Amealhadas por esses processos surgiram, por Decretos-Lei, as Leis Orgânicas da Educação Nacional, a partir de 1942: Decreto Lei nº. 4.244/42 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto Lei nº. 4.073/42; Decreto Lei nº. 6.141/43, Lei Orgânica do Ensino comercial; Lei Orgânica do Ensino Primário, Decreto Lei nº. 8.529/46; Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto Lei nº. 8.530/46; Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto Lei nº. 9.613/46.

Um Decreto-Lei do governo Getúlio Vargas, em 1942, criou o conceito de “menor aprendiz” para os efeitos da legislação trabalhista, e por outro Decreto-Lei, dispôs sobre a Organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial. A partir de então o ensino profissional se consolidou, no Brasil, embora ainda continuasse a ser tratado de forma preconceituosa, como um ensino de segunda categoria. Resquícios dessa discriminação são percebidos ainda hoje.

O conjunto das Leis Orgânicas da Educação Nacional tinha por objetivo o ensino secundário e o normal, mas de tal ordem que, não só mantinha a dualidade, “formar as elites condutoras do país” e a “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados” aqueles que necessitavam entrar precocemente no âmbito do trabalho, como a institucionalizava.

No início da República, o ensino secundário, o Normal e o Superior eram competências do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores e o ensino profissional, por sua vez, estava vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Ainda na década de 1930, a junção dos dois ramos do ensino no Ministério da Educação e Saúde Pública foi apenas formal, não ensejando a interseção entre o acadêmico e o profissional.

A partir da segunda metade do século XX (1950 a 1960) vários fatores revolucionaram o ensino agrícola no Brasil, tais como: a modernização da agricultura, a transformação tecnológica no meio rural, a tecnificação crescente dos produtores familiares ligados à agroindústria, a teoria do capital humano e a Revolução Verde foram condicionantes para que o capital agroindustrial demandasse um profissional que fosse capaz de promover uma nova extensão rural, o Técnico em Agropecuária (SOBRAL, 2008).

A Lei Federal nº. 1.076/50 ofertava a possibilidade de os concluintes dos cursos profissionalizantes de continuarem os estudos acadêmicos nos níveis superiores, desde que prestassem exames das disciplinas não estudadas naqueles cursos e provassem “possuir o nível de conhecimento necessário à realização dos estudos propostos”.

Outras leis federais foram promulgadas durante a década de 1950 as quais dispunham de regras em busca da modernização do ensino de grau médio, mas a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi promulgada em 1961. A Lei Federal nº. 4.024/61 que estabelece a plena equivalência entre os cursos do mesmo nível, eliminando a necessidade de exames ou provas de conhecimento para dar continuidade aos estudos. Esta LDB foi classificada por Anísio Teixeira como “meia vitória, mas vitória”.

O projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 4.024/61 decorreu de exigência do art. 5º, XV, d, da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946. Para dar cumprimento a esse dispositivo constitucional, que concedeu à União competência para fixar as “diretrizes e bases da educação nacional”, o ministro da educação Clemente Mariani constituiu uma comissão composta por educadores de variadas tendências. A referida comissão foi instalada em 29 de abril de 1947. Dos trabalhos da comissão resultou o anteprojeto de lei que, alterado em alguns aspectos pelo ministro, deu origem ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Também na década de 1960, surgiram sob a influência desta LDB, experimentos educacionais destinados à profissionalização de jovens, como os Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT) e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN).

De acordo com Saviani (1996, p. 31).

[...] O referido projeto, acompanhado por exposição de motivos do Ministro da Educação e Saúde, pelo anteprojeto elaborado pela comissão designada pelo governo e por dois relatórios, sendo um da comissão e outro da subcomissão do ensino médio, foi encaminhado pelo Presidente da República à Câmara Federal em 29 de outubro de 1948, data em que se comemorava o aniversário da queda de Getúlio Vargas e do Estado Novo, sob a forma de mensagem.

A história da educação profissional tem importante marco na década de 1970 com a Lei Federal nº. 5.692/71, que reformulou a LDB 4.024/61, quanto ao ensino de primeiro e de segundo graus, ao generalizar a educação profissional no então ensino médio. Grande parte da educação profissional das décadas seguintes sofreu forte influência dos efeitos dessa lei. Mas em 1982 sofreu reformulação a partir da Lei Federal nº. 7.044/82 que tornou facultativa a profissionalização no segundo grau.

Segundo Saviani (1996), o projeto que deu origem à Lei nº 5.692/71, que veio a fixar as “diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus”, decorreu dos estudos elaborados por um grupo de trabalho instituído pelo então Presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, através do Decreto nº 66.600, de 20 de maio de 1970. O referido decreto registrava na sua ementa: “Cria grupo de trabalho no Ministério da Educação e Cultura para estudar, planejar e propor medidas para atualização e expansão do Ensino Fundamental e do Colegial” e era composto por quatro artigos. O primeiro estipulava que o grupo seria composto por nove membros e o segundo, que seus componentes seriam designados pelo Ministro da Educação e Cultura; o terceiro estabelecia o prazo de sessenta dias, a contar da data de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos; e o quarto estabelecia que o decreto entraria em vigor na data de sua publicação e revogava as disposições em contrário (cf. atos do poder executivo, 1970, p. 224).

Uma nova LDB foi instituída em 1996. A LDB nº 9.394/96 configura o ensino médio como “uma etapa de consolidação da educação básica, de aprimoramento do educando como pessoa humana, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo e de preparação para o trabalho e a cidadania”. E dispõe, ainda, que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a

vida produtiva”. Essa concepção representa a superação dos enfoques assistencialistas e economicistas da educação profissional, bem como do preconceito social que a desvalorizava. Após o ensino médio, a rigor, tudo é educação profissional. Nesse contexto, tanto o ensino técnico e tecnológico quanto os cursos sequenciais por campo de saber e os demais cursos de graduação devem ser considerados como cursos de educação profissional. A diferença fica por conta do nível de exigência das competências e da qualificação dos egressos, da densidade do currículo e respectiva carga horária.

A nova LDB, em consonância com a Constituição Federal, estabelece a Educação Profissional na convergência dos direitos do cidadão à educação e ao trabalho. A composição dos níveis escolares, nos termos do artigo 21 da Lei nº 9.394/96, não deixa dúvidas quanto à interpretações diferentes, na medida em que estabelece apenas dois níveis de educação: educação básica e educação superior; e mais “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

Na intenção de fomentar a educação básica, prioritariamente e ao mesmo tempo ampliar e diversificar a oferta da educação profissional para uma aprendizagem autônoma e contínua quanto às competências profissionais foi instituído o Decreto Federal nº 2.208/97.

O Decreto Federal 2.208/97, ao regulamentar a LDB, em seus artigos 30 a 42 (Capítulo III do Título V) afirmou como objetivos da educação profissional a formação de técnicos de nível médio e tecnológico de nível superior para os diferentes setores da economia; especializar e aperfeiçoar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos e qualificar, requalificar e treinar jovens e adultos com qualquer nível de conhecimento de escolaridade para a sua inserção e melhor desempenho no mercado de trabalho.

O mesmo decreto define três níveis de educação: o básico destinado à maioria dos trabalhadores, jovens e adultos, independentemente de escolaridade anterior; o técnico destinado aos matriculados ou egressos do ensino médio e o tecnológico, destinado a egressos do nível médio ou técnico.

A modalidade de educação profissional estabelecida pela LDB 9.394/96 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.208/97, produziria uma imensa quantidade de técnicos com formação deficiente, na medida em que dividiu-se a agropecuária em agricultura, zootecnia e agroindústria, de forma compartimentalizada e inadequada para todas as regiões do território nacional.

Com o novo Decreto nº 5.154/04 a formação profissional tornou ampla a educação passando a ser integrada e subsequente.

1.2 A Educação Agrícola no Maranhão

A história da Educação Agrícola no Estado do Maranhão se confunde com a própria história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) Campus São Luís Maracanã, antiga Escola Agrotécnica Federal de São Luiz-MA, na medida em que a partir de uma demanda por profissionais na área da agropecuária no país, trouxe a necessidade de o governo criar instituições voltadas para a formação de jovens na área agropecuária de nível médio.

A caracterização clara da demanda por técnicos de nível médio voltada para a produção industrial fica evidenciada a partir da criação, em 1942, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Assim, leis voltadas para o ensino profissional na área industrial e comercial foram editadas, em 1946. O Decreto Lei nº 9.613/46 representava a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) Campus São Luís Maracanã, então Escola Agrotécnica Federal de São Luiz-MA, foi criada pelo Decreto nº 22.470 de 20 de outubro de 1947, do Presidente da República, para funcionar em São Luís-MA.

Em 10 de março de 1953, foi celebrado um acordo entre o governo da União e do Estado do Maranhão para a instalação de uma Escola Agrotécnica que, mais tarde, por força do Decreto Federal nº 53.588 de 13 de fevereiro de 1964, passou a denominar-se Colégio Agrícola do Maranhão, subordinado diretamente à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) vinculada ao Ministério da Agricultura.

O Colégio Agrícola funcionava com o antigo Ginásio Agrícola, onde o aluno cursava quatro anos e depois iniciava o Segundo Grau e o Ensino Agrícola concomitantemente (atual ensino médio/técnico-integrado), com duração de três anos. Desse modo, toda a formação durava sete anos. A clientela era eminentemente do sexo masculino, oriunda do interior do Estado do Maranhão. O título recebido depois da conclusão do curso era Técnico em Agropecuária.

Em 1975, os Colégios Agrícolas, vinculados à SEAV, passaram para a responsabilidade da Coordenadoria Nacional de Ensino Agropecuário (COAGRI), através do Decreto nº 76.436 de 14 de outubro de 1975.

O Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979, transformou o Colégio Agrícola do Maranhão em Escola Agrotécnica Federal de São Luiz-MA (EAFSL-MA), subordinada diretamente à COAGRI.

Com o Decreto nº 93.613 de 21 de novembro de 1986, publicado no D.O.U. de 24 de novembro de 1986, a COAGRI foi extinta e criada a Secretaria de Ensino de Segundo Grau (SESG), que absorveu as atividades do referido órgão, ficando responsável pela administração das Escolas Agrotécnicas Federais.

O Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, publicado no D.O.U., de 11 de maio de 1990, que reorganizou a Administração Federal, alterou a denominação de Secretaria de Ensino de Segundo Grau (SESG) para Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENETE).

Em decorrência da reforma administrativa, determinada pela lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1992, publicada no D.O.U. de 1992, a SENETE passou à denominação de Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC).

Através da Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, publicado no D.O.U. de 17 de novembro de 1993, transformou as Escolas Agrotécnicas Federais em Autarquias, cabendo à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológicas do Ministério da Educação-SETEC/MEC as atribuições de estabelecer políticas para educação tecnológica e exercer a supervisão do ensino técnico federal.

Desde a sua fundação em 1947, esta Instituição Federal de Ensino (IFE) recebeu muitas denominações, na sequência foram as seguintes: Ginásio Agrícola, Colégio Agrícola, Escola Agrícola, Escola Agrotécnica e por fim Instituto Federal.

Apesar de estar implantado na zona rural, o IFMA Campus São Luís-Maracanã estende a sua influência por todo o Estado do Maranhão.

A influência começa desde a seleção dos alunos, cujo sistema descentralizado utiliza na forma de parceria as estruturas das Secretarias de Educação dos Municípios e as Secretarias de Educação e de Agricultura do Estado, instalada na sede dos municípios, na divulgação e inscrição de candidatos para ingresso nos Cursos de Educação Profissional Técnicos de Nível Médio em Agropecuária Integrado e Subsequente e o Curso Técnico em Agroindústria Subsequente.

A estrutura física do IFMA Campus São Luís Maracanã conta com área total de 217 hectares, nos quais estão distribuídos os setores de Agricultura, Zootecnia, Agroindústria e Aquicultura onde ocorrem as aulas práticas de campo, as residências destinadas aos alunos internos, os pavilhões pedagógicos e o setor administrativo, além dos setores de esportes,

artes e lazer. Todos esses espaços passaram, recentemente, por ampla reforma estrutural. Foram adquiridos novos mobiliários, equipamentos e máquinas, especialmente para a informatização.

A instituição conta com cerca de 1200 alunos, 42 professores, 72 técnicos administrativos, tem o funcionamento normal de segunda sexta-feira, das 7:30h às 11:30h, e das 13:30h às 17:30h, no horário normal de atividades pedagógicas, mas há os plantões de finais de semana e nos feriados, onde os alunos residentes na escola desempenham as atividades de manejo agrícola e zootécnico como contrapartida ao benefício do internato.

O Instituto oferece os cursos Técnico em Agropecuária nas Modalidades Integrado (1ª, 2ª e 3ª Séries) e Subseqüente (1ª e 2ª Séries), Técnico em Agroindústria na Modalidade Subseqüente (1ª e 2ª Séries) e Técnico em Alimentação na Modalidade Integrada para Jovens e Adultos (PROEJA) (1ª e 2ª). A partir do ano 2008 foi dado início ao curso Técnico em Agropecuária nas modalidades Integrado e Subseqüente à Distância em oito pólos, sendo um pólo em São Luís e outros em sete municípios do interior do Estado: Barra do Corda, Brejo, Caxias, Cururupu, Imperatriz, Pinheiro e Porto Franco.

Nos aspectos administrativos e pedagógicos foi elaborado, na atual administração, o Projeto Político Pedagógico que está alicerçado, teórico e metodologicamente, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), nos substratos de palestras proferidas durante a Semana Pedagógica e nos marcos teórico da Educação Progressista, na qual está sedimentada a concepção teórica metodológica sustentada pelos ícones da educação brasileira como Saviani, Libâneo, Luckesi, Paulo Freire e outros autores, e também na legislação em vigor: a Constituição Federal, Lei das Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96, Decretos, Resoluções, Portarias e Regulamentações vigentes; frente aos desafios da sociedade contemporânea, como instrumento de trabalho significativo, com a colaboração de todos os que fazem a instituição.

A organização curricular dos cursos implantados nesta instituição se baseia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, no Decreto nº 5154/04 e outras legislações em vigor, assegurando a autonomia e a flexibilidade, ampliando as perspectivas de inclusão de jovens e adultos no mundo do trabalho, pois este requer profissionais que tenham condições de aprender ao longo da vida.

Coordenação Geral de Ensino (CGE), ligada ao Departamento de Desenvolvimento Educacional (DDE) é responsável pela elaboração do calendário escolar, controle dos Planos de Ensino, Controle dos Processos Avaliativos dos educandos,

organização do horário escolar que é repassado aos professores e divulgado aos alunos antes do início das atividades do ano letivo.

A organização administrativa pedagógica da escola conta com o apoio dos seguintes órgãos internos, formados pelos seus três segmentos, com poderes ora deliberativos, ora consultivo e ora consultivo e deliberativo ao mesmo tempo: Conselho Diretor, Conselho Técnico, Conselho de Professor, Conselho de Classe e Conselho de Aluno.

Sob a coordenação da CGE há setor de Registros Escolares que é o setor responsável pelo controle da vida escolar dos educandos. Este setor tem a função de efetuar os registros relativos ao corpo discente como as matrículas; expedição de diplomas, certificados, históricos, declarações, transferências e certidões de alunos; arquivar documentação; organizar diários de classe; “canhotos” onde se registram as notas bimestrais; frequências de alunos nos diversos cursos, palestras e eventos; preparar material para seleção de novos alunos; inscrever candidatos à seleção; organizar turmas para aplicação das provas da seleção e participar de outras atividades planejadas pela escola.

A instituição conta com a Coordenação Geral de Produção e Pesquisa (CGPP) ligada ao Departamento de Desenvolvimento Educacional (DDE) cuja função é coordenar todos os trabalhos de campo bem como os processos de ensino, pesquisa e extensão. Para isto dispõe das Unidades Educativas de Produção (UEP) de zootecnia, de agricultura e agroindústria.

Todas as atividades desenvolvidas nas UEP's envolvem alunos e estagiários dos diversos cursos desta escola e de outras instituições parceiras, proporcionando-lhes aprendizagem e formação profissional.

A CGPP promove o desenvolvimento de projetos de aprendizagem voltados ao desenvolvimento da agropecuária com finalidade educativa e produtiva destinados ao abastecimento do refeitório e comercialização do excedente pela cooperativa-escola, gerando receitas para o tesouro nacional e funcionando como laboratório para a vivência prática dos alunos.

A CGPP tem como objetivo viabilizar mecanismos de articulação permanente entre ensino, produção, pesquisa e extensão, através do acompanhamento, controle e avaliação dos projetos e programas pedagógicos produtivos, a fim de garantir a efetiva implantação dos diversos níveis e modalidades da educação profissional.

As atividades didáticas e técnico-pedagógicas promovidas pela CGPP incluem projetos desenvolvidos nas unidades educativas de produção animal (avicultura de corte e postura, cunicultura, coturnicultura, apicultura, suinocultura e bovinocultura) e vegetal

(olericultura, produção de mudas culturais anuais e fruticultura), mecanização agrícola e agroindústria envolvendo toda comunidade escolar com avaliação através de relatórios periódicos apresentados nas reuniões da CGPP.

Saindo do âmbito das dependências físicas do IFMA há projetos desenvolvidos e em desenvolvimento com outras instituições como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEEDUC) e a Vara de Execução Criminal (VEC)

Na parceria com o MST foi desenvolvido no período de fevereiro de 2006 a dezembro de 2008 o Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado, que contou ainda com a participação da FUNCEMA, INCRA e financiado com recursos do PRONERA, com o objetivo de qualificar para o trabalho assentados e filhos de assentados da reforma agrária nas áreas sob a coordenação do MST.

O curso foi desenvolvido com a utilização da Pedagogia da Alternância como metodologia, com objetivo de formar profissionais habilitados em agropecuária para contribuir com alternativas de desenvolvimento econômico, social, político e cultural dos assentamentos.

A parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Maranhão, e organizações não governamentais e movimentos sociais do campo, oferece a educação básica do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries e a qualificação social e profissional em agropecuária para agricultores familiares e suas famílias.

Com proposta pedagógica fundamentada na agricultura familiar com sustentabilidade o projeto atende 660 jovens e adultos maranhenses em vinte e dois municípios, respeitando o ciclo de produção e as culturas do campo, com carga horária de 330 horas e currículo integrado baseado na Pedagogia da Alternância.

Em parceria inédita, o IFMA, a Vara de Execução Criminal (VEC) e o Conselho da Comunidade de São Luís, vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, promovem o Projeto Social de Certificação Profissional cujo objetivo é proporcionar aos egressos do sistema prisional de São Luís, condições que contribuam com o processo de retorno destes ao convívio social e ao mercado de trabalho, através da qualificação profissional.

Em 1997, foi modificada a estrutura curricular do Curso de Agropecuária e implantado o Curso de Técnico Agrícola com Habilitação nas áreas de Agricultura, Zootecnia e Agroindústria, fazendo valer o Decreto 2.208/97 que autorizava a habilitação profissional de forma fragmentada. Os técnicos eram especialistas em uma das áreas citadas. Isto não foi bem

aceito na formação dos técnicos agrícolas, o que ocasionou problemas para aqueles que entravam para o mercado de trabalho com uma “formação muito específica” e se defrontavam com uma realidade que exigia um técnico “mais eclético”.

O Decreto nº 5154/2004 revogou o Decreto de nº 2208-97 e assim a Educação Profissional passou a ser desenvolvida por meio de cursos, programas, enfim, retoma a grande área Agropecuária. Volta a formar técnicos em agropecuária, tendo a primeira turma formada em 2007.

Quanto ao aspecto da gestão institucional o IFMA deu um grande passo no processo democrático, pois em 2004 elegeu o seu primeiro Diretor Geral pelo voto direto (não sendo mais a lista tripla como anteriormente), escolhido por servidores e alunos. O professor Vespasiano de Abreu da Hora foi eleito para o período de 2004 a 2008. A sua gestão, no segundo mandato, é considerada muito comprometida com a educação, pois neste período definiu um Projeto Político Pedagógico para a instituição, tendo como principal objetivo a melhoria da qualidade de ensino para a formação de técnicos mais capacitados, aumentando o número de vagas para alunos, promovendo a inclusão dos movimentos sociais de modo especial, o MST.

Estimulou a criação de novos cursos como o Curso de Alimentação para jovens e adultos, promoveu a capacitação de funcionários, principalmente professores. Informatizou quase todos os setores, reformou os setores de produção, as salas de aula, laboratórios e setor pedagógico, construiu uma nova biblioteca, que recebeu o nome de José Murilo de Souza Muniz, reformou e construiu novos alojamentos para os alunos do Subseqüente e Integrado, aumentando com isso o número de alunos internos.

1.3 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

A criação de uma organização das dimensões do MST não ocorre em um momento único e isolado. Talvez seja razoável dizer que os Sem-Terra tenham sido influenciados, mesmo que inicialmente sem perceber, por antigos líderes e por movimentos de massa como ocorreu entre os povos Guaranis sob a liderança de Sepé Tiajaru; Zumbi dos Palmares; Canudos; Cangaço; Ligas Camponesas e outras lutas localizadas promovidas por lideranças regionais como ocorreu no Maranhão; Minas Gerais; Goiás e Espírito Santo.

Como afirma Roseli Salete Caldart,

[...] cada sem terra de hoje carrega em si (ainda que não saiba disso) a herança rebelde de Sepé Tiararu, Zumbi dos Palmares, dos camponeses que lutaram com Canudos, trombas e Formoso, Contestado, nas Ligas Camponesas. Assim como carrega a memória da repressão sofrida por todas estas lutas e o desafio de impedir que a destruição possa ocorrer de novo. (2000, p. 72).

Os fatos geradores do surgimento do Movimento dos Sem-Terra estão distribuídos por vários estados brasileiros e em momentos anteriores à efetiva criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O evento que culminou com a criação formal do movimento ocorreu no período de 20 a 22 de janeiro de 1984, durante a realização do Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, no município de Cascavel, na região oeste do Estado do Paraná.

Os fatos mais marcantes surgiram a partir de ações de grandes proprietários que escravizavam os colonos e depois os expulsavam de suas terras. Ocorreram outros eventos específicos, como em maio de 1978, quando aproximadamente 1800 colonos rendeiros da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), há mais de 15 anos, foram expulsos pelos índios Kaigangs, que também lutavam pela recuperação de suas terras, da reserva indígena de Nonoai, região noroeste do Estado do RS.

Com a expulsão, os colonos não tinham opção de outra área onde pudessem viver e trabalhar. Assim ocorre a primeira ocupação sem organização prévia, ou seja, foi uma ocupação espontânea. Por absoluta falta de opção, os colonos ocuparam as fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta e na Reserva Florestal da Fazenda Sarandi, em Rondinha, no noroeste do Rio Grande do Sul.

No município de Andradina, em São Paulo, posseiros da Fazenda Primavera pagavam renda ao grileiro há décadas e foram expulsos, na década de 1970, quando, aberta a fronteira agrícola, os posseiros não tinham mais serventia e seriam substituídos pela criação de gado vindo do Mato Grosso. Este conflito culminou com o assassinato de um dos posseiros. Com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região, em 1979, desencadeou um processo de luta cuja consequência foi a desapropriação da fazenda e a implantação do assentamento no ano seguinte.

O fato mais precursor marcante da criação do MST no Paraná foi a expropriação de terras dos pequenos produtores devido a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que deixou milhares de pequenos agricultores sem terra em mais de oito municípios a oeste do estado. Este fato deu origem ao Movimento Justiça e Terra, na região e a outros movimentos em diversas regiões do estado.

O Mato Grosso também tem a sua contribuição na base de criação do MST. O estado tinha no latifúndio a vocação para a pecuária. Uma forma de preparar a terra para receber a criação de gado é usando a mão-de-obra do trabalhador rural para a abertura de fronteira de pastagens através do arrendamento. Com a pastagem formada e as fazendas já devidamente estruturadas os arrendamentos são interrompidos e o camponês é forçado a deixar o latifúndio. Esse fato constitui-se em uma prática até o final de 1978.

Os integrantes do MST consideram como o primeiro passo da criação do movimento o ano de 1979, quando no estado do Mato Grosso os arrendatários das fazendas de latifundiários nos municípios de Naviraí, Itaquiraí, Bonito, Dourados e outros decidiram não sair das fazendas e sim resistir na terra que ocupavam. A resistência foi se organizando e partiu para o enfrentamento contra os fazendeiros. A violência dos conflitos provocou a morte de vários colonos e fez com que o governo elaborasse um projeto de deslocamento dos colonos para o norte do estado. Entretanto, a falta de condições de habitação e trabalho nas áreas determinadas pelo governo fez os colonos decidirem que a luta deve pela terra onde habitam e não ir em busca de terras distantes e sem infraestrutura mínima de vida e trabalho.

Nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em Goiás, participou de forma decisiva na conscientização e organização para resistir à luta pela terra.

Com o apoio da CPT os camponeses criaram quatro frentes de luta, depois de muitas ações e protestos contra a dominação dos fazendeiros e do próprio governo. As frentes de lutas originadas foram: o Movimento dos Atingidos por Barragens; o Movimento de Oposição Sindical; o Movimento das Mulheres Agricultoras e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

No final da década de 1970 havia muitas articulações de lutas espalhadas em várias regiões do país, especialmente na região sul, mas sem coordenação, de forma individualizada e isolada.

O reconhecimento nacional do movimento e o próprio autoconhecimento do poder do homem do campo foram gerados no período de 1979 a 1984 durante o surgimento de focos de resistência localizados em todo o país.

Segundo Caldart (2000, p 68.), para compreender a gênese e o nascimento do MST é preciso considerar a combinação de três conjuntos de fatores complementares. O primeiro deles diz respeito às pressões objetivas da situação socioeconômica dos trabalhadores do campo e especificamente na região em que surgiu o MST. O segundo se refere a um conjunto de elementos socioculturais e políticos que participaram do processo de

reação destes trabalhadores à sua situação objetiva. E o terceiro conjunto de fatores está relacionado a alguns fatos que desencadearam lutas localizadas, mas com repercussão capaz de fazer nascer a idéia de uma articulação nacional da luta pela terra, exatamente o que foi em um primeiro momento o MST.

Para entender um movimento de tamanha repercussão nacional é necessário entender quem são os Sem Terra. Os sem terra são brasileiros como tantos outros, fazendeiros, empresários, estudantes, trabalhadores. Mas são, antes de tudo, a própria mistura brasileira existente de norte a sul do país. Segundo a classificação histórico-cultural de Darcy Ribeiro para definir a formação do povo brasileiro, encontramos os matutos e gringos do sul; os caipiras do sudeste, em especial do estado de São Paulo; o sertanejo típico da região do sertão nordestino; o crioulo da região litorânea do nordeste brasileiro, na área dos engenhos de açúcar e o caboclo da região norte do país, a região amazônica.

Essa mistura étnico-social e cultural está muito bem representada dentro do movimento dos sem terra. Mas no aspecto econômico há definição clara de quem são os sem terra, segundo informações originadas de dentro do próprio movimento: os posseiros são aqueles que vivem e trabalham em uma área têm a posse da terra, mas não têm título de propriedade e podem ser expulsos a qualquer momento, desde que surja alguma pessoa física ou jurídica reivindicando a propriedade; os parceiros são os que produzem em parceria com o dono da propriedade, o reconhecem como proprietário e pagam pelo uso da terra entregando parte da produção obtida da lavoura; os arrendatários são aqueles que, por contrato, formalmente ou não, pagam valor previamente estabelecido para o uso da terra por determinado período de tempo; os pequenos proprietários têm área de terra muito pequena e têm dificuldades de manter-se a si e sua família apenas com a renda da lavoura ali obtida; os filhos de pequenos proprietários são aqueles que não conseguem se reproduzir pequenos proprietários, uma vez que a área, já tão pequena, inviabiliza a divisão entre os herdeiros e os trabalhadores rurais são os assalariados e vendem a sua força de trabalho como meio de sobrevivência, mas sem qualquer proteção quanto aos direitos trabalhistas do trabalhador urbano.

Segundo integrantes do movimento o MST tem os seus objetivos bem definidos e vão além da simples distribuição de terra.

Assim, tornou-se uma organização social de caráter permanente e atuante a partir dos critérios estabelecidos na sua criação: não poderia ser um movimento temporário e buscava uma forte coesão entre os camponeses, a igreja católica, os sindicatos de trabalhadores rurais e toda forma de organização do campo, evitando assim a divisão em vários outros pequenos grupos sociais, pois dessa forma seriam facilmente vencidos pelo

latifúndio e pelo próprio governo. Outro passo importante seria levar à opinião pública a importância e seriedade do movimento. Uma vez que o objetivo não seria simplesmente a obtenção da terra para cada um dos seus membros e a acomodação em seu respectivo quinhão. Mas a reforma agrária ampla e justa, o que seria fundamental no desenvolvimento do país e não apenas no campo.

A criação dos acampamentos, temporários ou permanentes mostra que o sem terra não pretende apenas o benefício individual, mas o bem coletivo de todos os brasileiros. Os acampamentos e, principalmente, a ocupação de terras são as formas de lutas estabelecidas pelo movimento para garantir a sua organização e a metodologia singular para a educação do povo.

A discussão e a participação na política passaram a ser mais uma caracterização especial do movimento, inclusive manifestando-se quanto à preferência por um candidato à presidência da república, como o fez na campanha de 1998, quando se declarou em favor do então candidato, que congregava as oposições, Luis Inácio Lula da Silva.

Mas para o MST a luta não se resume à conquista da terra, é bem mais ampla, na medida em que o camponês analfabeto, sem direito à saúde, à moradia tendo apenas a terra, em nada mudaria, pois continuaria analfabeto, sem saúde e sem moradia. Portanto, para o movimento terra é mais do que terra.

A educação do campo é vista pelo MST como algo tão importante quanto a terra. As campanhas em busca da educação do campo trouxeram ganhos significativos aos sem terra, como por exemplo, a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

O professor Ramofly Bicalho dos Santos, em seu livro *Alfabetização no MST experiências com jovens e adultos na Baixada Fluminense* (2007), enfatiza a educação não apenas o ensinamento formal dos conteúdos específicos das disciplinas escolares, mas outros conforme destaca:

“Outro assunto de extrema relevância discutido pelas escolas do movimento gira em torno da construção dos valores defendidos pelo MST, que devem ser frutos da convivência social, da realidade, da prática, do cotidiano, e não somente de estudos sobre determinado conteúdo. Refiro-me a valores tais como a terra, a luta, o trabalho, a solidariedade, a participação e o Ser Sem Terra(...)” (2007, p. 48).

O autor considera em seu livro que a formação do militante do MST vai além do conhecimento técnico de uma profissão, mas antes, se refere à condição de detentor de

elevado espírito de cidadania, como forma de exigir os direitos essenciais à vida, saúde, educação, moradia e à terra para viver e trabalhar dignamente.

Neste capítulo foi destacada a trajetória da Educação Profissional no Brasil cujos primórdios estão registrados no início do século XIX, logo após a chegada da família real ao Brasil e a partir da necessidade de desenvolvimento do país em todas as áreas da economia nacional, primeiramente na indústria e em seguida na agricultura. Em seguida foram destacados os avanços das políticas públicas alcançados a partir dos movimentos sociais por todo o país.

Da mesma forma foi destacada a trajetória da Educação Agrícola no Maranhão, em cujo contexto está inserida a própria história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus São Luis Maracanã desde o processo de criação da instituição, bem como as alterações das denominações ao longo dos anos, os órgãos de coordenação nacional criados, primeiramente pelo Ministério da Agricultura e mais tarde pelo Ministério da Educação, a formação administrativa e pedagógica e os programas e cursos desenvolvidos.

A partir do ano 2009 o governo fundiu as Instituições Federais de Ensino Técnico e Tecnológico, os antigos CEFET's e as Escolas Agrotécnicas em uma só instituição: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Por fim, foi dado o destaque à criação do MST desde os movimentos isolados de líderes de pequenas comunidades rurais espalhados pelo país, ao momento considerado o marco da criação do movimento, bem como os novos parâmetros norteadores dos objetivos propostos à sociedade e às autoridades do país.

CAPÍTULO II PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

Este capítulo discorre sobre a Pedagogia da Alternância; da idéia e criação até os momentos atuais. Mostrando o impasse que provocou o pensamento de que algo deveria ser mudado e deu origem a esta forma singular de educação. Em seguida passa pela chegada ao Brasil desta nova proposta de educação do campo e por fim os movimentos que marcaram a criação da primeira Escola Família Agrícola no interior do estado do Maranhão.

É comum fazerem-se referências ao conhecimento científico e o conhecimento empírico, com a intenção de criar uma hierarquia ou simplesmente uma escala de valores entre ambos. Porém, vale ressaltar que grandes descobertas científicas tiveram início em fatos simples.

A Pedagogia da Alternância não é uma metodologia descoberta a partir de um estudo científico de estudiosos da educação, mas uma alternativa de metodologia da educação idealizada por agricultores e sindicalistas, preocupados com a educação e o futuro dos seus filhos, com a profissão, com a agricultura, enfim com a vida no campo.

O objetivo, portanto, era de atender a necessidades de pessoas simples que buscavam uma forma de conciliar a própria sobrevivência do cotidiano com a educação escolar formal dos jovens do campo. Foi na simplicidade do cotidiano que nasceu a pedagogia da complexidade que inventaram.

A formação por alternância era a idéia de um método, mas que precisa de espaço e tempo para a sua aplicação. Aparentemente algo simples de operacionalizar. Apenas na aparência, pois a complexidade residia no fato de não existir experiências ou publicações que compusessem um referencial teórico para a implantação do método.

Assim, surgiu a idéia da criação da *Maison Familiale Rurale* (MFR) ou Casa Familiar Rural (CFR) onde seria aplicado o novo conceito de educação.

Os fundadores das MFR não tinham qualquer experiência institucional ou pedagógica do tipo de escola que estavam criando, ou mesmo referências em pesquisas.

A prática do dia-a-dia, a experimentação, as tentativas/erros cuja análise, a reflexão e sempre o bom senso e a intuição permitem elaborar instrumentos, metodologias e princípios pedagógicos. É o tempo em que nas MFR não existem aqueles que conhecem a Pedagogia da Alternância e os que a ignoram. Nenhum ensinamento se torna possível neste sentido, já que os saberes não existem. Devem ser construídos (GIMONET, 2007, p.21 a 23).

A prática da educação por alternância não é nova. Há registros de que na Idade Média a aprendizagem dos conteúdos teóricos e das atividades práticas eram trabalhados em

processos de alternância. “O aprendiz-companheiro se forma através da prática num canteiro ou numa oficina, em alternância com uma formação teórica dada por companheiros-docentes em casas de acolhimento e de vida” (GIMONET, 2007, p. 113).

Muitas idéias foram tentadas, na Europa, durante os séculos XVI, XVII e XVIII. A partir da industrialização começam a aparecer, no século XIX, outras formas de pensamento pedagógico sob a influência de Karl Marx, cuja teoria é unir a educação ao trabalho considerando o grande potencial formativo e educativo capaz de, segundo essa idéia, promover a criação de um homem “novo”.

Especificamente relativo à aprendizagem profissional surgiram ainda, no final do século XIX e começo do século XX, duas correntes antagônicas: uma acreditava na educação a partir do trabalho prático e a outra priorizava a formação pelo conhecimento teórico.

A Pedagogia da Alternância passou a ser considerada como uma metodologia educativa referenciada a partir da fundação da primeira *Maison Familiale Rurale*, ou Casa Familiar Rural.

Assim, a Pedagogia da Alternância surgiu a partir da inquietação de um grupo de pais agricultores que conviviam com a incomoda situação da educação existente no povoado *Lot et Garonne*, no interior da França: o ensino regular era praticado na cidade e era integralmente voltado para a vida urbana. Isto impunha a saída dos jovens do seu ambiente para estudar e trazia como consequência a permanência do jovem na cidade, esquecendo a sua comunidade de origem. Um outro aspecto do drama vivido pelos camponeses era o fato de que sem a educação do jovem do campo no campo e para o campo, os novos conhecimentos científicos voltados para a agropecuária não chegavam ao campo ou ao conhecimento dos camponeses, ou seja, o atraso tecnológico era marcante.

A partir de uma conversa entre alguns pais agricultores do povoado *Lot et Garonne* e o Padre Abbér Granereau, Pároco de uma pequena capela localizada num lugar chamado Serignal-Peboldol, próximo ao povoado, às margens da estrada que dava acesso a este, que surgiu a idéia de mudar a situação, não apenas com a construção de uma escola, mas com a mudança da metodologia da escola.

Assim, juntos criaram a primeira *Maison Familiale Rurale*, tendo como princípio a idéia de que os jovens passariam um período de duas semanas no ambiente escolar, recebendo conhecimentos gerais e técnicos voltados para a realidade agrícola local e duas semanas nas propriedades rurais praticando e aprendendo, no fazer, os conhecimentos adquiridos, ou seja, o jovem alternava a sua educação em dois momentos específicos. Esse processo recebeu então a denominação de Pedagogia da Alternância.

O início da Pedagogia da Alternância no Brasil é considerado a partir da implantação, em 1968, da Escola Família Agrícola-EFA, em Olivânia, município de Anchieta no estado do Espírito Santo, pelo padre Jesuíta Umberto Pietrogrande em companhia de um grupo de agricultores e pessoas da comunidade sensíveis à causa. (<http://www.mepes.org.br> acesso em 20/10/2009).

O Brasil foi o pioneiro, na América Latina na aplicação da educação por alternância, apoiada na forma original criada na França em 1935 e no modelo italiano implantado em uma localidade denominada Soligo, região de Treviso, com a denominação *Scuola Della Famiglia Rurale*. O governo italiano adotou os aspectos metodológicos e filosóficos do modelo original francês, mas inseriu critérios formais e legais específicos como a inclusão de áreas de terras destinadas às atividades práticas da agropecuária, tanto com a preocupação da formação profissional como também para garantir, pelo menos em parte, o sustento dos educandos.

O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo-MEPES foi fundado no dia 24 de abril de 1968, inicialmente apenas com o ensino fundamental. Na trajetória de evolução do MEPES foi criado, em 1976, o curso técnico em agropecuária, na mesma comunidade onde tudo começou. (<http://www.mepes.org.br> acesso em 20/10/2009).

A trajetória de sucesso do MEPES influenciou a criação de várias Escolas Famílias Agrícolas nos demais Estados da Federação.

No Maranhão a experiência é recente, somente em 1980 quando foram iniciados os primeiros movimentos de articulação política e social e em seguida os debates populares e institucionais sob a liderança do Padre Teodoro, no município de Poção de Pedras, culminado com fundação da Escola Família Agrícola de Poção de Pedras, em 1984.

Esta ação desencadeou uma série de debates nos órgãos ligados à educação e à agricultura na maioria dos municípios do estado, surgindo novas Escolas Famílias Agrícolas. Hoje são vinte EFC em todo o estado do Maranhão, cujo fato levou à criação da União das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (UAEFAMA), fundada em junho de 1997.

Um outro movimento surgiu no estado baseado no princípio da Pedagogia da Alternância que é Casa Familiar Rural (CFR). A primeira CFR foi fundada em 1996 no município de Imperatriz, no povoado Coquelândia. São hoje mais de sete CFR no estado e todas filiadas à Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR Norte). (<http://www.itsbrasil.org.br> acesso em 20/10/2009).

Diversas experiências estão surgindo no município de São Luís, através de adaptações da alternância, feitas em escolas municipais de ensino fundamental situadas na zona rural da capital.

O objetivo é avaliar a viabilidade de uma nova educação para as crianças e jovens de locais distantes do centro da capital e adotando o conteúdo específico que suscite o interesse dos estudantes para saírem do analfabetismo sem precisar se deslocar dos seus meios e estudando e praticando atividades compatíveis com o seu cotidiano.

O capítulo aqui encerrado trouxe a descrição de todo o processo que culminou com a criação de uma nova forma de educação do campo e para o campo: Pedagogia da Alternância.

No próximo capítulo será destacada a experiência do IFMA Campus São Luís Maracanã no Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado em parceria com o MST que durante três anos coordenou os trabalhos de qualificação Técnica em Agropecuária para assentados e filhos de assentados sob a coordenação do MST.

CAPÍTULO III PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: A EXPERIÊNCIA DO IFMA CAMPUS SÃO LUIS MARACANÃ NO ASSENTAMENTO DIAMANTE NEGRO JUTAY.

Este capítulo é dedicado integralmente à dissertação do Curso de Educação Profissional Técnico de Nível Médio em Agropecuária Integrado, que em caráter inédito, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus São Luis Maracanã (IFMA) exerceu a Coordenação Geral e Coordenação Pedagógica, assumindo toda a logística de execução da escolarização ao longo dos três anos do curso.

A experiência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus São Luis Maracanã (IFMA), utilizando a Pedagogia da Alternância no curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado teve como objetivo a formação técnica em agropecuária de cem assentados e filhos de assentados oriundos de assentamentos nos estados do Maranhão, Pará e Tocantins.

A iniciativa para a implantação deste curso surgiu na coordenação estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir de informações de integrantes do movimento em outros estados, da existência de experiências semelhantes na região.

A participação do IFMA Campus São Luís Maracanã tornou-se necessária, na medida em que esta seria a instituição capaz de certificar, legalmente, os concludentes do curso, estendendo a sua função social, até então restrita às turmas do ensino presencial regularmente desenvolvido ao longo dos seus cinquenta e seis anos na missão de promover a formação profissional em agropecuária.

Entretanto, os recursos financeiros não poderiam ser administrados pelo IFMA Campus São Luis Maracanã, segundo normas do Governo Federal e exigências do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), financiador do evento.

Assim, houve a necessidade de ampliar a parceria com a inclusão da Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão (FUNCEMA), ligada ao então Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET/MA).

Para pleitear o financiamento do curso junto ao PRONERA havia a necessidade de elaborar um projeto com a discriminação pedagógica específica e a proposição financeira de acordo com limites pré-estabelecidos pelo programa.

A instalação do curso nas dependências do IFMA Campus São Luís Maracanã exigia uma estrutura física inviável para aquele momento, pois envolveria a disponibilização de espaços para as aulas teóricas e práticas, para alojar e alimentar a todos os alunos.

A alternativa mais provável seria a utilização de estrutura do próprio MST existente no Assentamento Diamante Negro Jutay, no município de Igarapé do Meio-MA, localizado a 210 km da capital, São Luís, denominado Centro de Capacitação e Pesquisa Padre Josimo Tavares (CPJ).

Equacionada a questão estrutural havia a necessidade de definir-se a formação da equipe de coordenação e execução do curso e a forma de apresentação das disciplinas aos alunos. Foram definidas as funções de Coordenação Geral, Coordenação Pedagógica, que seriam exercidas por professores ligados ao instituto; Coordenação Técnica, que ficaria a cargo de militantes do movimento social e Coordenação Financeira. Esta última seria exercida pela FUNCEMA, na pessoa do Assessor Financeiro Flávio das Chagas Bezerra.

Para a Coordenação Geral, IFMA Campus São Luís Maracanã indicou o professor Expedito da Cruz Gomes Oliveira que acumularia a Coordenação Pedagógica de uma das turmas e a professora Telma Melo Brandão (substituída por Jean Magno Moura de Sá) da outra. Para a Coordenação Técnica foram indicados pelo MST, Pedro Alves Barbosa e Edimilson de Sousa Neto, para a primeira turma e Edivan Oliveira dos Reis e Maria Ecieude do Nascimento Almeida, para a segunda.

Os maiores desafios, na visão do grupo de trabalho que discutia a execução do curso, liderados pela Coordenadora Geral de Ensino do IFMA Campus São Luís Maracanã professora Jandira Pereira Souza, viriam a seguir: a operacionalização da alternância entre as turmas no CPJ, havia espaço para apenas uma turma de cada vez; a matriz curricular contemplando a carga horária presencial e a carga horária não presencial; o número de tempos escola e de tempos comunidade para cada turma; a forma de apresentação das disciplinas e as estratégias de avaliação de aprendizagem dos discentes.

Os alunos foram agrupados em duas turmas identificadas como turma-I e turma-II e foram estabelecidos os seguintes critérios de operacionalização do curso: as turmas teriam, entre si, tempos escola e tempos comunidade de mesma duração; a matriz curricular foi organizada de forma que as disciplinas tivessem carga horária, no tempo escola, de, no máximo, 40 horas em cada etapa, respeitando-se a carga horária estabelecida para o ensino regular presencial, e a carga horária do tempo comunidade seria, em média, a metade da presencial. As disciplinas foram organizadas em módulos, de forma que as de maior carga horária teriam dois ou mais módulos em etapas consecutivas e as demais em módulo único; os

módulos seriam trabalhados em regime intensivo de 40 horas semanais de segunda a sexta feira, tendo, portanto, a duração da etapa tantas semanas quantas forem as disciplinas daquela etapa.

Outro item bastante discutido foi a avaliação da aprendizagem a ser adotada pelos professores, que pudesse ser compatível com o intensivo regime de trabalho com as disciplinas, uma vez que nos registros escolares deve ser quantificado, numericamente, o índice de aproveitamento dos alunos. Assim, concluiu-se que a avaliação bimestral seria obtida através da adição de três avaliações parciais, a saber: a avaliação quantitativa, equivalente a 50% da avaliação total, seria obtida a partir das atividades escritas e orais relativas ao conteúdo ministrado e estabelecidas pelo professor; a avaliação qualitativa, equivalente a 30% da avaliação total, seria obtida a partir da efetiva participação do aluno durante as atividades desenvolvidas na sala de aula e nas aulas práticas de campo e os 20% restantes seriam atribuídos ao aluno de acordo com o resultado da atividade estabelecida pelo professor para ser desenvolvida no tempo comunidade e corrida, no retorno, pelo próprio professor.

Definido todo o processo de execução, o curso teve início no dia 19 de fevereiro de 2006, com a instalação oficial do curso. Presentes à solenidade estavam os representantes de todas as instituições parcerias e demais convidados, inclusive os alunos da turma-I. A aula inaugural foi proferida pelo diretor geral do IFMA Campus São Luís Maracanã, professor Vespasiano de Abreu da Hora.

Os trabalhos pedagógicos tiveram início no dia 20 de fevereiro de 2006, com a primeira aula de Língua Portuguesa para a Turma-I instalando-se, assim, a Etapa-I do curso. As disciplinas trabalhadas no Tempo Escola (período presencial) e a complementação das atividades didáticas no Tempo Comunidade (quando os alunos encontram-se nos seus domicílios de origem) foram desenvolvidas de forma articulada e complementar. Atividades pedagógicas envolvendo a teoria com a prática.

A segunda turma denominada Turma-II, teve o início das atividades pedagógicas no dia 15 de maio de 2006, da mesma forma que a Turma-I, com a disciplina Língua Portuguesa.

A partir daí as etapas de ambas as turmas foram desenvolvidas de forma sequencial e contínua até a conclusão da carga horária presencial com o encerramento das Etapas-VII de ambas as turmas.

As duas turmas encerraram as atividades pedagógicas em sala de aula no dia 30 de novembro de 2008. A apresentação dos trabalhos de conclusão de curso foi realizada no período de 02 a 05 de dezembro de 2008, para os alunos da Turma-I e de 09 a 12 de dezembro

de 2008, para os alunos da Turma-II. Estavam assim, concluídas todas as atividades de formação dos Técnicos em Agropecuária.

O Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado foi estruturado em sete tempos-escola e seis tempos-comunidade. A carga horária ficou definida em 3760 horas-aula e mais 180 horas de estágio curricular, perfazendo o total de 3.940 horas aula.

Para compatibilizar a distribuição do conteúdo com as séries, conforme ocorre no ensino regular presencial, estabeleceu-se que as etapas I e II corresponderiam à primeira série; as etapas III e IV à segunda série e as etapas V, VI e VII à terceira série, conforme pode ser observado no cronograma de execução das etapas.

Colaboraram com a execução do projeto onze professores efetivos do IFMA Campus São Luís Maracanã; seis professores ligados ao MST e trinta e três professores contratados pela coordenação geral do curso para trabalharem os módulos da disciplina para a qual eram habilitados. Vale destacar que todos os professores contratados tinham algum vínculo com instituições públicas da rede estadual, municipal ou federal. Vários professores tiveram atuação destacada. Dentre estes, cinco foram contratados como professores substitutos pelo IFMA Campus São Luís Maracanã.

As disciplinas foram distribuídas nas etapas, por turma, seguindo a grade curricular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Campus São Luís Maracanã inclusive quanto à sequência cronológica das séries. Entretanto houve a necessidade de ajustes ocasionais de datas, em função da programação de atividades do próprio MST (das quais os alunos participavam), bem como a disponibilidade dos professores do quadro da escola e daqueles contratados para trabalharem o módulo a ser ministrado.

Os cronogramas de atividades do tempo-escola foram elaborados segundo a alternância entres ambas as turmas, considerando a limitação de espaço para alojamento dos alunos, dos professores e coordenadores no CPJ, local de execução do tempo presencial.

Todas as sete etapas de ambas as turmas ocorreram dentro do período de três anos programado para a duração do curso. As etapas I e II de cada turma correspondem à primeira série do curso regular; as etapas III e IV correspondem à segunda série e as etapas V, VI e VII à terceira série. Todos os alunos concludentes cumpriram o período mínimo de 180 horas de estágio curricular obrigatório. Parte desta carga horária foi realizada nas dependências das UEP's do próprio IFMA e complementada em outras instituições no interior dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins.

Ao final das atividades de sala de aula, os alunos passaram a dedicar-se à elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC), no qual estavam registradas todas as atividades desenvolvidas no estágio curricular, dividido em duas partes: a jornada de 96 horas de estágio desenvolvidas nas Unidades Educativas de Produção (UEP), do IFMA, acompanhados pelo técnico ou professor da referida UEP e a segunda parte desenvolvida em empresa ou instituição ligada à agropecuária, cuja carga horária foi, no mínimo, de 84 horas.

Cada aluno apresentou seu TCC impresso em três vias à coordenação geral e apresentou-o diante de uma banca examinadora formada por dois professores convidados pela Coordenação Geral do curso ou pelo MST e o próprio professor-orientador do aluno.

Foi adotado um modelo simplificado de diário de classe com o intuito de facilitar o registro das atividades pedagógicas pelos professores e o controle pela Coordenação Geral do Curso e a Coordenação Geral de Ensino do IFMA Campus São Luis Maracanã.

O capítulo a seguir trará a fundamentação teórica da metodologia qualitativa em trabalhos de pesquisa.

Foram várias as contribuições de estudiosos quanto às concepções teórico-metodológicas da metodologia qualitativa, bem como foram destacadas algumas das características da pesquisa qualitativa, a aplicabilidade do método e alguns aspectos importantes da metodologia foram observados, valorizando a objetivação e não a objetividade dos dados.

CAPÍTULO IV O PROCEDIMENTO METODOLOGICO DA PESQUISA

4.1 Concepções Teórico-Metodológicas da Metodologia Qualitativa

O surgimento desta pesquisa deu-se a partir do intuito de indagar as representações sociais dos técnicos em agropecuária formados em turmas especiais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus São Luis-Maracanã, a partir do processo de formação com a aplicação da Pedagogia da Alternância. A escolarização, efetuada no tempo-escola, teve a carga horária dividida em dois módulos de vinte a quarenta horas, para que fosse possível a sua dissecação em espaço de tempo de apenas três a cinco dias da semana.

Os módulos seriam elaborados pelos próprios professores, sob a supervisão da coordenação geral do curso e da coordenação geral de ensino do IF-MA Campus São Luis-Maracanã, a fim de que fossem reproduzidos e distribuídos aos alunos. Para estabelecer o segmento metodológico, deste estudo, havia a necessidade de estabelecer que tipo de abordagem fosse viável utilizar mediante a complexidade inerente ao seu objetivo. Nessa perspectiva, optou-se pela pesquisa qualitativa, pois segundo Minayo (2001, p. 21-22):

“A pesquisa qualitativa responde à questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha, com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

De acordo com Patrício (1999), os métodos qualitativos de investigação tendem em sua abordagem considerar a subjetividade humana em seus aspectos culturais e afetivos, particulares e coletivos. Ao mesmo tempo acredita-se que o pesquisador não mantém a neutralidade durante o processo de investigação, valorizando a objetivação e não a objetividade dos dados. A criatividade do investigador no direcionamento da pesquisa também é por ele valorizada, fato que os define como métodos não lineares e com maior flexibilidade.

Sobre a pesquisa qualitativa Triviños (1995) aponta algumas características que trazem forte relação com o trabalho ora delineado, por exemplo:

- A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
- A pesquisa qualitativa é descritiva;

- A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
- O significado é a preocupação essencial;
- A análise de dados tende a seguir um processo indutivo.

Os estudos de pesquisa qualitativa apresentam aspectos que os diferenciam quanto ao método, à forma e aos objetivos. Essa diversidade entre trabalhos qualitativos é ressaltada por Godoy (1995).

A maioria dos estudos qualitativos realiza-se no local de origem dos dados, não impedindo o pesquisador de utilizar a lógica do empirismo científico, que é coerente para o fenômeno menos explicitamente definidos, porém predomina a suposição da preferência pela análise fenomenológica ao se tratar fenômenos individualizados e com certa obscuridade.

Há pelo menos três tipos diferentes de possibilidade originadas na abordagem qualitativa, segundo Godoy (1995, p.21): a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.

A pesquisa documental constitui-se no exame de materiais que não receberam tratamento analítico ou podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar.

O objetivo do estudo de caso é relativo à análise aprofundada de uma situação específica em estudo. Quanto ao método etnográfico é caracterizado por pelo envolvimento de um conjunto particular de procedimentos metodológicos e interpretativos.

Dessa forma, entendendo que o objeto da pesquisa tem caráter social e educacional este passa a ser entendido como um fenômeno dentro da abordagem mais aberta, dando condições aos envolvidos na investigação de expressar suas idéias, vivências, ações e posturas, decidiu-se, por fim, pela análise qualitativa do objeto em estudo.

Assim, Triviños (1995) destaca que a pesquisa qualitativa destaca de forma enfática a importância do ambiente na configuração da personalidade, problemas e situações de existência do sujeito. Ela considera os ambientes formados por elementos culturais e um outro que envolve uma realidade mais ampla e complexa na qual se distinguem uma base, ou infraestrutura e uma superestrutura. Ambas as realidades relacionam-se, influenciam-se e se transformam.

4.2 Sujeitos do estudo

Na abordagem qualitativa a amostra concebida como ideal é aquela que expressa o conjunto de suas diversas dimensões e o número de entrevistas consideradas relevantes para a

análise será definido de acordo com as “convergências e divergências” relacionadas ao tema, as quais são refletidas nas falas dos entrevistados.

Segundo Minayo (2001), na pesquisa qualitativa o critério não é numérico. Para a autora, é considerada ideal a amostra que representa a totalidade e permite aprofundar o que se pretende investigar. O grupo social deve ser claramente definido e esgota o assunto quando o quadro empírico do trabalho for delineado, com novas inclusões à medida que a pesquisa de campo for desenvolvida, confrontando-se às mais novas descobertas com a teoria. Dessa forma, o número de entrevistados a serem registrados não é determinado previamente.

Para participar da entrevista foram selecionados, dentro do universo pré-estabelecido, alunos de cada um dos três estados de origem, sendo quatro alunos oriundos dos Assentamentos do Estado do Tocantins, seis alunos provenientes de Assentamentos do Estado do Pará e oito alunos de Assentamentos do Estado do Maranhão. Nesta seleção buscou-se variar a participação dos alunos a partir da idade em função da experiência profissional nas atividades agrícolas da pequena produção nos assentamentos. Assim, escolhemos onze alunos com idades até os vinte e cinco anos e sete alunos com idades acima dos trinta anos.

Além dos educandos foram convidados dois coordenadores técnicos que acompanharam diariamente os alunos, não apenas nas atividades pedagógicas como nas demais atividades extra classe, estabelecidas pelos professores e desenvolvidas durante a semana de execução do módulo, bem como nas demais atividades desenvolvidas no Tempo Comunidade e ligados ao movimento social para participarem deste primeiro momento do rol de entrevistas. Na presença de todos foi esclarecido o porquê da seleção dos alunos e dado a conhecer o conteúdo e o objetivo do trabalho e da participação no processo, para o qual todos se manifestaram não apenas disponíveis, mas bastante interessados nos resultados a serem obtidos com a pesquisa. Foi dispensado por todos, o termo de consentimento por escrito.

As entrevistas com os alunos foram filmadas em sua íntegra, mas foi garantida a preservação do anonimato e o compromisso de utilizar os depoimentos unicamente para o objetivo específico da pesquisa para produção do trabalho do mestrado.

Dentre os professores que participaram como colaboradores na construção dos conhecimentos dos educandos durante todo o período de escolarização, doze foram convidados a expressarem a sua análise quanto ao aproveitamento do conteúdo do módulo da sua disciplina e de forma geral a sua impressão quanto ao aproveitamento, pelos alunos, do conteúdo ministrado, tendo como parâmetro as atividades desenvolvidas durante a execução de cada módulo, seja quanto à fundamentação teórica ou na habilidade de executar, na prática de campo, o assunto estudado.

Alegando compromissos anteriormente assumidos, quatro professores convidados não participaram das entrevistas, restando apenas oito que compareceram e deram os seus depoimentos de forma gentil e atenciosa.

4.3 Cenário da pesquisa

As entrevistas foram realizadas na Sala de Apoio e no Laboratório de Topografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus São Luis Maracanã, devidamente autorizadas pela Coordenação Geral de Ensino (CGE) e com aprovação clara dos alunos participantes do evento.

No período compreendido entre 12 de fevereiro e 08 de março de 2009, quando os educandos estavam realizando parte do estágio curricular nas dependências do IFMA Campus São Luis Maracanã, foi possível realizar a entrevista com oito dos educandos previamente selecionados para participarem da entrevista.

4.4 Instrumentação de coleta das informações

Estabelecido o tipo de abordagem a ser utilizada para esta investigação, passou a ser extremamente relevante o esquema metodológico que deveria ser aplicado na pesquisa de campo. Nesse sentido, Franco et al (1999, p.301), destaca:

“A pesquisa qualitativa caracteriza-se por estudar a realidade humana a partir do significado dado ao estudo. É essencialmente descritiva; os dados são colhidos preferencialmente no contexto dos sujeitos: a preocupação está mais no processo da pesquisa do que no tipo de dados. Sendo assim, na pesquisa qualitativa, a possibilidade criativa do pesquisador é fundamental. Nesse tipo de pesquisa utilizam-se, para coleta de dados, especialmente, a entrevista semiestruturada e a observação do participante”.

Para Minayo (2001, p.57), a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através da entrevista o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos entrevistados. Ela não significa uma conversa despretenciosa e neutra, uma vez que insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos partícipes, como sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva.

A entrevista semiestruturada foi a técnica utilizada para a coleta dos dados. Triviños (1995) destaca ser a entrevista uma das técnicas mais ricas e flexíveis. Entre os diversos tipos de entrevistas, decidiu-se pela semiestruturada, que “ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o

informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 1995, p.146).

A composição da entrevista partiu de inquietações teóricas básicas apoiadas em teorias e hipóteses de interesse da pesquisa com vistas à compreensão do conhecimento adquirido, pelo aluno, em todo o processo ao qual esteve engajado.

Ao adotar esta abordagem teórico-metodológica procurou-se evidenciar uma aproximação o quanto possível da realidade, buscando contribuir para o reconhecimento individual e coletivo da apreensão dos conhecimentos técnicos, teóricos e práticos, obtidos na jornada percorrida nestes três anos de escolarização, através das representações dos técnicos recém-formados, para avançar na perspectiva da qualificação profissional na educação do campo.

A opção pelo uso da entrevista nesta pesquisa levou em conta o objetivo de verificar a autoconfiança dos educandos quanto à qualificação obtida na formação técnica recém adquirida, conforme observamos nas questões propostas. Em princípio tivemos o cuidado de avaliar a aplicabilidade do método para a pesquisa em questão, levando-se em consideração os estudos realizados por especialistas quanto à utilização deste recurso, especialmente a professora Rosália Duarte (2004). Ainda, segundo a professora Rosália Duarte (2004) “as entrevistas não são adequadas a todas as situações de pesquisa, há circunstâncias em que elas simplesmente não funcionam ou sequer podem ser realizadas”.

Aspectos importantes do método foram particularmente observados como:

- a) o anonimato dos entrevistados, a utilização dos dados obtidos poderia comprometer o anonimato requerido;
- b) a possibilidade de haver ambiente de crise poderia suscitar respostas convenientes ou de autoafirmação;
- c) o pesquisador conhecia sobejamente o contexto no qual operara, bem como internalizar o conteúdo da entrevista, não poderia existir ou demonstrar insegurança diante do entrevistado;
- d) observar se havia líderes dominadores ou casos de insurgências no seio do grupo, o que inibiria outros entrevistados;
- e) não se levou em conta eventuais casos de empatia para selecionar os entrevistados, o importante era o entrevistador sensibilizar o entrevistado e obter dele informações interessantes e que isto não venha a ser interpretado como a subtração de algo valioso sem qualquer compensação. Outro aspecto

importante considerado foi a importância da utilização do recurso das entrevistas-ensaios.

Assim, foram realizadas entrevistas-ensaios com seis alunos da turma E do ano letivo 2008, matriculados no curso regular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus São Luís Maracanã e com quatro alunos das turmas em estudo, ainda assim, foi bastante evidente a dificuldade em extrair dos entrevistados respostas que demonstrassem a verdadeira condição de capacitação por eles obtida, sob a hipótese de uma eventual indicação para emprego por parte de qualquer um dos coordenadores do curso, bem como reafirmar e assegurar, de forma altaneira, que os assentados são tão capazes quanto quaisquer outros alunos de origens e classes sociais distintas.

Muito do que nos é dito é profundamente subjetivo, pois se trata do modo como aquele sujeito observa, vivencia e analisa seu tempo histórico, seu momento, seu meio social; é sempre um entre muitos pontos de vista possíveis. Assim, tomar depoimentos como fonte de investigação implica extrair daquilo que é subjetivo e pessoal neles o que nos permite pensar a dimensão coletiva, isto é, que nos permite compreender a lógica das relações que se estabelecem no interior dos grupos sociais dos quais o entrevistado participa, em determinado lugar e tempo (DUARTE, 2004. p. 213 a 225).

Após quase três anos como coordenador geral do curso em questão o exercício permanente durante as entrevistas foi não permitir a eventual influência hierárquica, em função da prolongada convivência.

Para obter as informações necessárias para execução da pesquisa proposta, foram elaborados e aplicados os instrumentos abaixo descritos, cujos modelos encontram-se em anexo:

- a) rol de questões utilizadas nas entrevistas que foi dada a conhecer aos alunos momentos antes das entrevistas, no intuito de familiarizar a todos sobre o conteúdo, de forma que não houvesse dificuldades na articulação das respostas, sobretudo pelo fato da utilização da filmadora, que proporciona estado de leve descontrole emocional, nervosismo, para a gravação das entrevistas;
- b) questionário de avaliação do curso e de autoavaliação, baseado nos questionários de avaliação das etapas que já ocorriam normalmente desde a conclusão do primeiro tempo-escola realizado na Etapa I da Turma I, no qual buscava investigar, na visão dos alunos, os aspectos pedagógicos, administrativos e sociais verificados a cada etapa no ambiente de escolarização;

- c) teste de verificação da aprendizagem dos conhecimentos específicos de agricultura, zootecnia, agroindústria, e das disciplinas básicas: matemática e língua portuguesa. Foram elaboradas oito questões de matemática, oito de língua portuguesa, três de agroindústria, sete de zootecnia e onze de agricultura e três de questões legais relacionadas aos movimentos sociais, em nível de técnico em agropecuária de nível médio, resguardando-se as disciplinas ou conteúdos ainda não ministrados aos alunos até a data da aplicação do teste.

4.5 Coleta dos dados

As respostas das entrevistas foram registradas em som e imagem e depois de assistidas em conjunto com os entrevistados foram necessários pequenos ajustes de conotação para evitar entendimentos distorcidos e por fim declarado como em condições de utilização para o projeto de pesquisa proposto.

Quanto ao questionário de avaliação do curso e de autoavaliação foram divididos em três partes: a pedagógica, a social e a administrativo-financeira. As duas primeiras foram utilizadas integralmente na formulação dos dados necessários ao objetivo proposto da pesquisa e a terceira opção ficou destinada a compor o relatório final do curso para encaminhamento às instituições parceiras, na forma de prestação de contas do trabalho realizado. Vale ressaltar que, neste relatório, foram incluídos também os aspectos pedagógicos e sociais obtidos de cada aluno através do questionário.

Os testes de aferição dos conhecimentos adquiridos foram elaborados e aplicados com base na idéia que criou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), realizado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC).

Inicialmente foi detalhadamente explicado aos alunos de ambas as turmas o objetivo da aplicação do teste.

Ressaltou-se que o resultado do teste não qualificaria de forma especial ou desqualificaria a formação profissional em agropecuária recém adquirida, de qualquer aluno.

Em seguida foi posto a tona a oportunidade de adesão espontânea. Alegando a disponibilidade de tempo, uma vez que a maioria estava envolta na correção da versão final ou na elaboração da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e outros em comissões de formatura, trinta e seis puderam participar e responderam às questões do teste.

Vale destacar que as questões foram previamente lidas em conjunto e esclarecidas o objetivo da questão de forma a facilitar a compreensão de todos a fim de que não ficasse qualquer questão sem resposta por falta de compreensão do objetivo da formulação.

Foi permitido aos alunos que levassem consigo cópia da sequência de marcação das respostas dadas por cada um no gabarito, para que pudessem compararam as suas próprias respostas com o gabarito oficial divulgado após a conclusão do teste.

4.6 Tratamento e análise dos dados

Concluída a coleta de dados, iniciou-se a fase seguinte que foi a busca por um método que possibilitasse retirar do material coletado os questionamentos antes imaginados para este estudo.

Ante a complexidade do objeto estudado, buscou-se em Minayo (2001) a proposta de análise interpretativa, que de acordo com a perspectiva, possibilitaria um conhecimento maior das condições de formação desempenhadas pelos educandos.

Portanto, “será feita a transcrição cuidadosa das informações prestadas para em seguida ser lida a fim de confirmar a fidedignidade da transcrição em relação às informações prestadas” (DUARTE, 2004).

Nesta fase da transcrição das informações prestadas pelos educandos buscou-se analisar as respostas através da técnica interpretativa com a intenção de facilitar a compreensão do conteúdo intrínseco existente nas palavras e entonações dadas pelos alunos.

Para análise e interpretação dos dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas foram estabelecidas duas etapas de trabalho dentro da metodologia aplicada: uma referia-se ao ordenamento dos dados contidos nas gravações das entrevistas que foram transcritos.

Na outra etapa foram feitas várias leituras a fim de organizar os relatos, segundo a percepção da intenção do entrevistado. Por fim todo o material foi organizado e selecionado para ser utilizado no processo de análise qualitativa dos dados obtidos.

CAPÍTULO V OS RESULTADOS E AS DISCUSSÕES

Com o objetivo de discutir as questões inerentes à falta de experiência que desafiavam o planejamento a ser adotado na execução do Curso de Educação Profissional Técnica de Nivel Médio em Agropecuaria Integrado e especialmente a partir do início das atividades pedagógicas e administrativas, logo nos primeiros encontros com os alunos, buscamos formas de avaliação das atividades, com o intuito de redirecionar as ações, tendo como foco os princípios da Pedagogia da Alternância, mas respeitando as condições que tínhamos: alunos, professores, coordenadores e as próprias instituições envolvidas, desenvolvendo um trabalho de forma pioneira.

5.1 A Participação dos Alunos

A pesquisa esteve fundamentada na participação ativa do aluno, na medida em que com as respostas dos alunos, durante a aplicação dos instrumentos de coleta de dados, é que foi possível analisarmos as características da formação profissional.

A obtenção dos dados a serem discutidos nesta pesquisa foram obtidos dos instrumentos de coleta de dados, conforme especificações abaixo:

- a) Questionário de avaliação das etapas I das turmas I e II, aplicados no último dia de permanência dos alunos no CPJ, naquela etapa;
- b) Questionário de avaliação final do curso, abrangendo todas as sete etapas presenciais;
- c) Entrevista com alunos nas dependências do IFMA Campus São Luis Maracanã;
- d) Entrevistas com alunos durante a visita aos assentamentos;
- e) Aplicação do teste de conhecimentos específicos.

A aplicação do questionário nas etapas I de ambas as turmas tinha, em princípio, teve como objetivo avaliar a exequibilidade do curso, com o mínimo de condições possíveis. Entretanto, foram incluídos no questionário aspectos relativos à demonstração de interesse dos alunos na participação do curso e a expectativa quanto à formação profissional futura.

Dos mais de duzentos questionários respondidos pelos alunos das turmas I e II após a conclusão da etapa I foram sorteados aleatoriamente cinquenta, a partir de numeração previamente estabelecida, para serem analisados e discutidos nesta pesquisa. Dentre os vinte e um itens do questionário, foram utilizadas apenas as respostas cujo conteúdo pudesse trazer alguma informação útil para este estudo.

Com a aplicação deste questionário buscamos analisar as condições de aproveitamento do conteúdo ministrado, a partir da manifestação dos alunos quanto ao material didático; a carga horária e a jornada diária de trabalho; o conteúdo técnico das disciplinas; o desempenho dos professores (a maioria vivendo nesta, a sua primeira experiência); as ações dos coordenadores e da própria instituição, a expectativa e o aproveitamento do aluno e da própria turma.

Assim, o aproveitamento de parte do questionário levou em conta as questões que demonstrassem a relação do aluno com o curso, e adotamos como escala de valores *Muito Bom/Muito Importante (MB)*; *Bom/Importante; (BO)* *Razoável/Média Importância (RZ)*; *Ruim/Pouco Importante (RU)*, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1. Primeira Avaliação (no início do curso).

ITENS ANALISADOS	MB	BO	RZ	RU
1. Quanto ao conhecimento adquirido até esta etapa	40%	50%	10%	-
2. Quanto à expectativa da conclusão do curso	52%	28%	16%	4%
3. Quanto à expectativa de trabalhar como Téc. Agropecuária	52%	38%	10%	-
4. Quanto à auto-avaliação	52%	36%	12%	-
5. Quanto à avaliação da turma a qual faz parte	28%	40%	28%	4%

MB-MuitoBom/MuitoImportante. BO-Bom/Importante. RZ-Razoável/Média Importância. RU-Ruim/Pouco Importante

Os dados acima, ainda que preliminares, possibilitaram a reunião de elementos que permitiam, com alguma margem de segurança, formar juízo a respeito do interesse demonstrado pelos alunos na formação profissional, com a qualidade necessária para desempenhar bem a profissão que escolheram.

Em todos os cinco questionamentos é possível observar que os resultados bom e muito bom, considerados altamente satisfatórios, atingem valores bastante elevados: 90%; 80%; 90%; 88% e 68%, respectivamente.

Ao final da VII etapa foi aplicado o mesmo questionário. Neste, apenas trinta e seis alunos responderam às questões formuladas, sendo que destes, trinta tinham participado da primeira coleta de dados (Tabela 2).

Tabela 2. Segunda Avaliação (ao final da etapa VII).

ITENS ANALISADOS	MB	BO	RZ	RU
1. Quanto ao conhecimento adquirido até esta etapa	39%	61%	--	--
2. Quanto à expectativa da conclusão do curso	78%	17%	5%	--
3. Quanto à expectativa de trabalhar como Téc. Agropec.	64%	36%	--	--
4. Quanto à auto-avaliação	14%	78%	8%	--
5. Quanto à avaliação da turma a qual faz parte	11%	56%	33%	--

MB-MuitoBom/MuitoImportante. BO-Bom/Importante. RZ-Razoável/Média Importância. RU-Ruim/Pouco Importante

Observando os percentuais obtidos nos questionários aplicados no início e final do curso foi possível perceber que com relação ao conhecimento adquirido na etapa inicial e final houve um aumento do percentual de 50% para 61%, com uma avaliação considerada boa. Quanto a expectativa de conclusão do curso, 78% indicaram uma possibilidade de muito bom, o mesmo foi observado com relação ao trabalho como Técnico em Agropecuária, ocorrendo um aumento do percentual de 52% para 64%. A auto-avaliação também sofreu um aumento no percentual, indo de 36% para 78% e a avaliação da turma oscilou entre bom e razoável.

Na comparação das tabelas 1 e 2 é possível constatar que o desenvolvimento de todas as etapas aumentou as expectativas dos estudantes quanto a possibilidade de novos horizontes, quer seja em suas propriedades ou na atuação profissional como Técnico em Agropecuária.

A terceira forma de coleta de informações junto aos alunos foi à aplicação dos questionários, que ocorreram em dois momentos: nas dependências do IFMA Campus São Luis Maracanã, quando da apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso e em quatro assentamentos no estado do Maranhão.

No IFMA foram entrevistados cinco alunos; no assentamento do município de Igarapé do Meio mais cinco alunos; dois no assentamento no município de Monção e um no assentamento no município de Presidente Vargas.

O roteiro das entrevistas foi composto por oito questões, cujo objetivo era tentar aferir o envolvimento do aluno com o curso em toda a trajetória, além de verificar os efeitos da aprendizagem na vida do educando (agora ex-aluno e técnico recém formado).

Foram avaliados, junto aos alunos, aspectos sobre as motivações que os levaram a participar do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado (Gráfico 1)

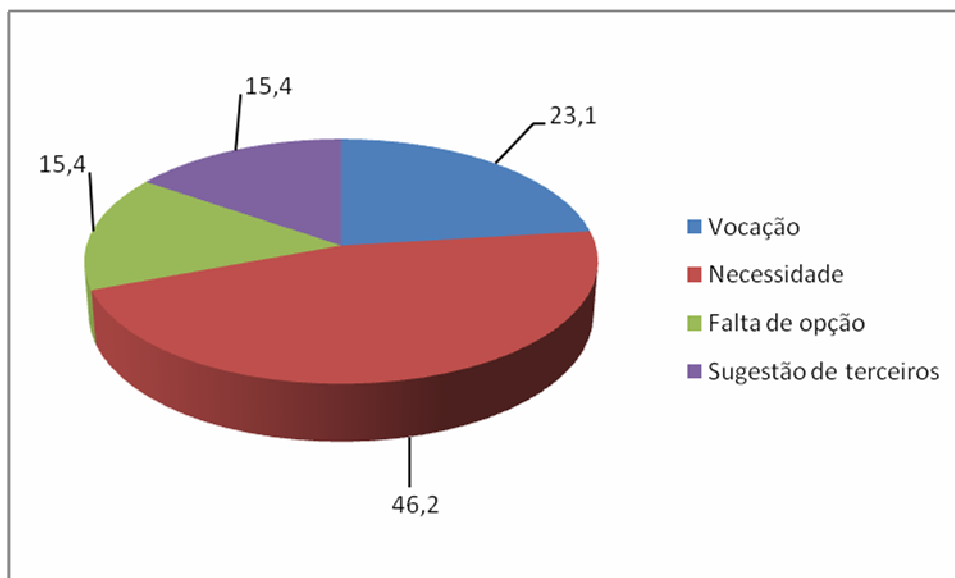


Gráfico 1 - Motivação para participação no curso.

Nas respostas obtidas que 46% foram motivados pela necessidade de realizar uma formação na área técnica.

Ainda buscando informações sobre o interesse e motivação para frequentar o curso, perguntou-se sobre a motivação para o deslocamento dos alunos até a Vila Diamante para o tempo escola (Gráfico 2). Observou-se que 61,6 % apontaram-se como muito motivados e motivados, porém um percentual razoável indicou o cumprimento de um compromisso (15,4%).

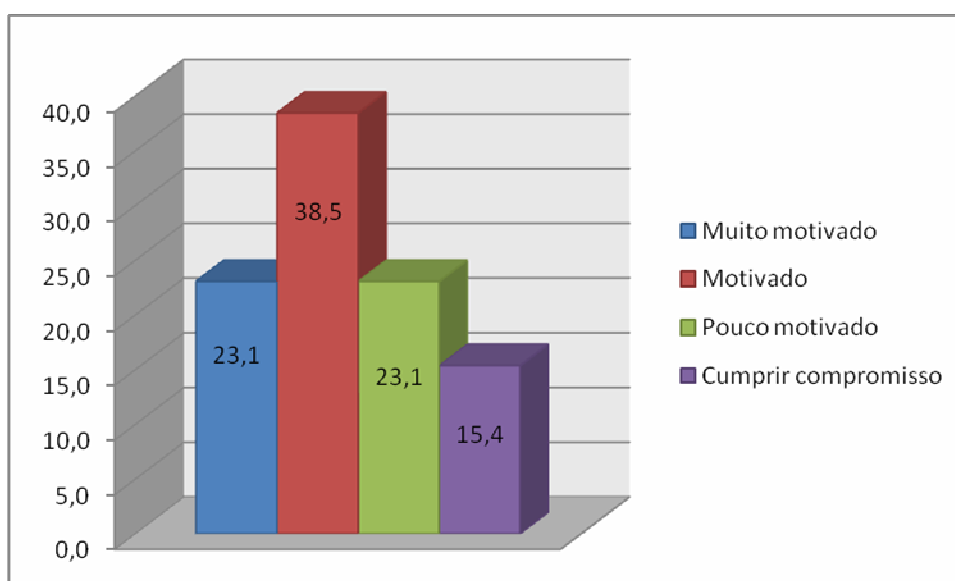


Gráfico 2 - Motivação para participar do tempo escola na Vila Diamante.

Buscou-se sondar sobre o sentimento dos alunos durante as aulas no tempo escola. Obervou-se que 84,7% indicaram entre empolgado, muito interessado e interessado, o que pode nos indicar um sentimento de bem-estar durante as aulas (Gráfico 3).

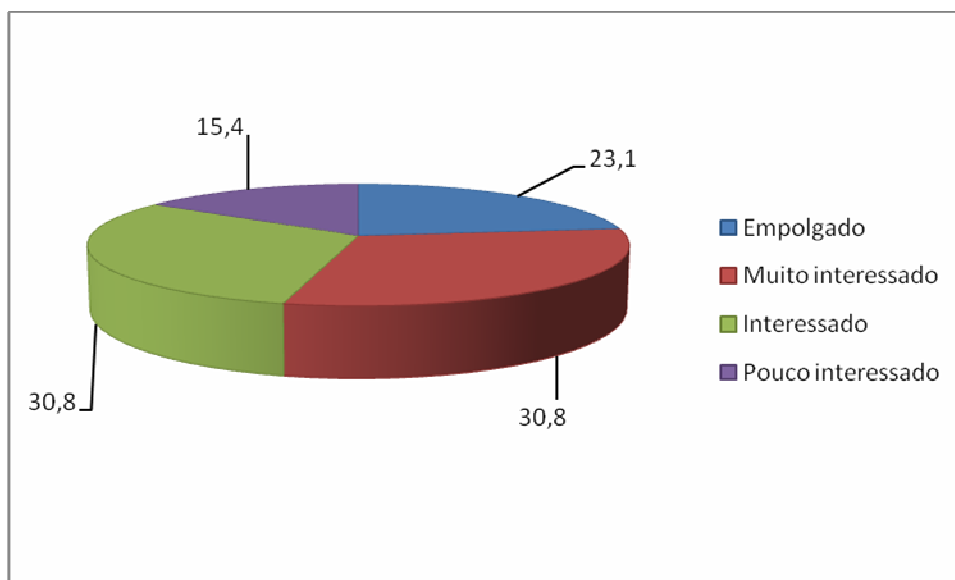


Gráfico 3 - Sentimento dos alunos durante as aulas do tempo escola.

Questionou-se sobre o cumprimento das tarefas escolares, estabelecidas pelos professores durante o período de escolarização. O gráfico 4 demonstra os resultados obtidos para esta pergunta. De forma geral os alunos cumpriram suas tarefas.

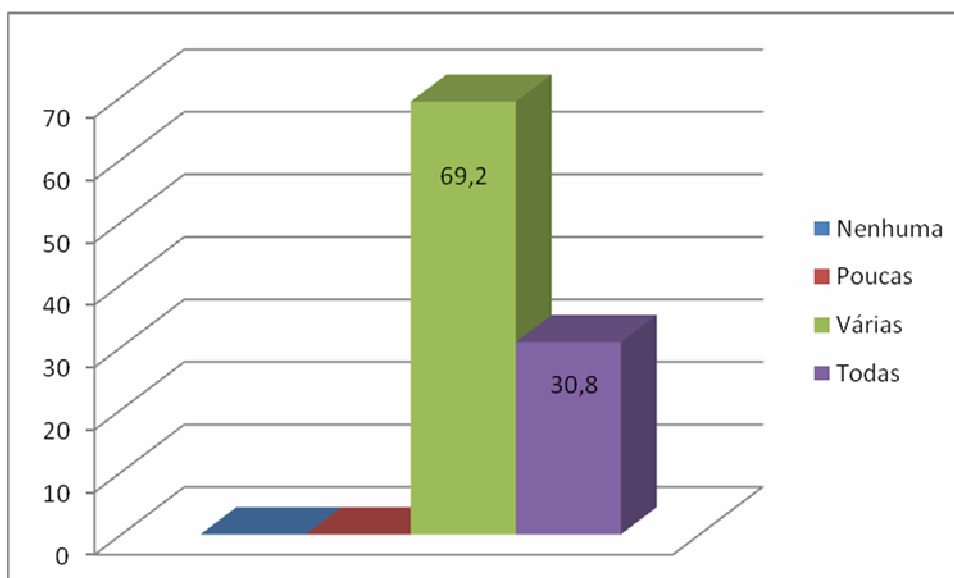


Gráfico 4 - Cumprimento das tarefas no tempo escola.

A quinta questão se referia ao cumprimento das tarefas estabelecidas pelos professores, agora aquelas que deveriam ser trabalhadas no Tempo Comunidade. Destas, 69,2% fizeram todas as tarefas e 23,1% fizeram várias tarefas (Gráfico 5).

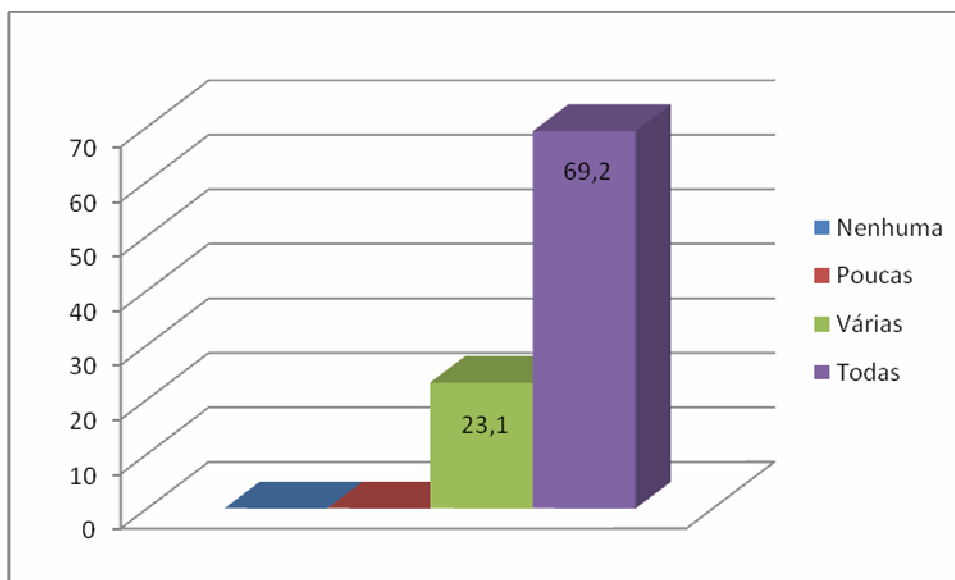


Gráfico 5 - Cumprimento das tarefas no tempo comunidade.

Outro questionamento foi à capacidade de assumir um empreendimento agropecuário próprio ou de terceiros (Gráfico 6).

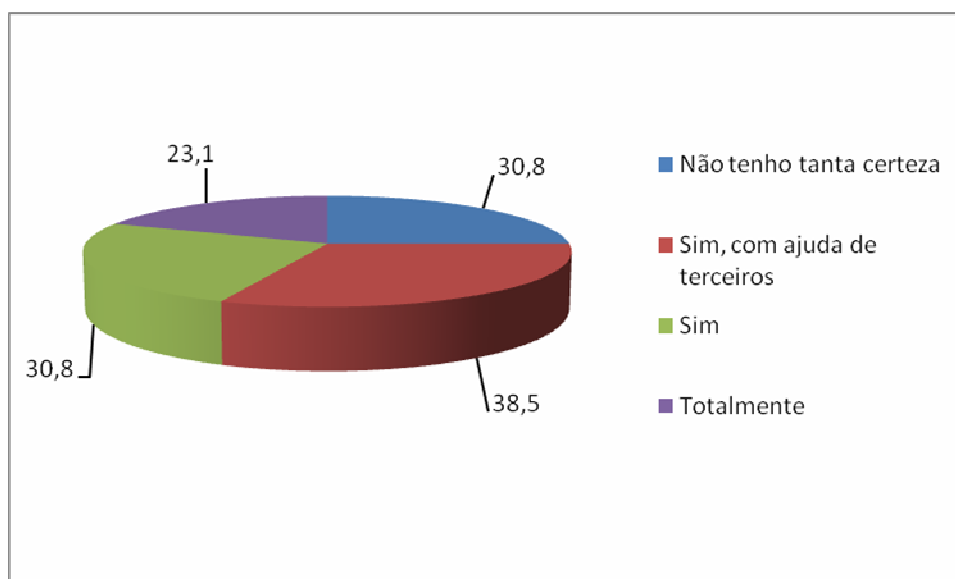


Gráfico 6 - Condições de assumir um empreendimento agropecuária próprio ou de terceiros.

Solicitou-se a cada entrevistado que listasse as cinco disciplinas do curso que mais tinham gostado de estudar. Obtiveram-se as seguintes respostas:

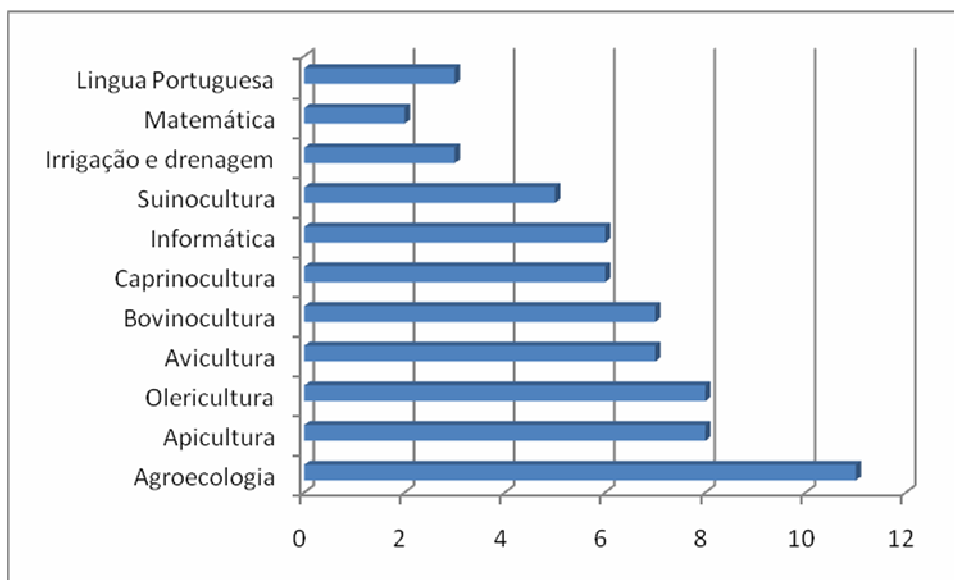


Gráfico 7 - Indicação das 5 disciplinas de maior interesse.

Por fim, quando perguntados sobre a aplicação dos conhecimentos técnicos adquiridos no curso na sua atividade profissional, 61,5% responderam ainda não ter tido oportunidade de por em prática em suas áreas de produção e 38,4% disseram já ter aplicado.

Após esta última questão, foi facultada ao aluno a palavra a fim de que pudesse expressar de forma espontânea o seu sentimento quanto à formação profissional recém obtida, bem como todo o trajeto desta história.

As manifestações expressadas pelos entrevistados, além dos agradecimentos ao MST e à escola, alguns depoimentos merecem destaque pela forma enfática como foram proferidos:

- *“Estou me sentindo realizado como técnico, como militante e como cidadão.”*
Palavra do técnico que trabalha como instrutor de aulas teóricas e práticas em uma Casa Familiar Rural no município de Monção-MA.
- *“A minha maior alegria foi me sentir útil aos meus familiares e amigos ensinando novas formas de plantio.”* Técnico residente em assentamento do município de Igarapé do Meio-MA.

- “Agora que voltei a estudar, não paro por aqui. Pretendo trabalhar como técnico por um tempo e depois fazer Faculdade de Agronomia”. Assentado do município Igarapé do Meio.
- “A minha alegria foi muito grande quando me vi contribuindo com os meus parentes e meus amigos do assentamento, trabalhando como Técnico.” Técnico contratado pelo convênio com o INCRA e o MST.

O último instrumento de coleta de dados foi o teste de conhecimentos específicos com o objetivo de verificar o grau de conhecimento adquirido pelos alunos, logo após a conclusão do conteúdo de todas as disciplinas trabalhadas. No teste foram colocadas 40 questões assim distribuídas: oito questões de Língua Portuguesa, oito de Matemática, onze de Agricultura, sete de Zootecnia, três de Agroindústria e três questões relativas aos Movimentos Sociais no Brasil.

Houve adesão unânime dos alunos quando solicitados a se manifestarem para participar, voluntariamente, do teste. Entretanto, devido ao momento de preparação da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e da festa de formatura, apenas trinta e seis responderam ao teste.

A tabela abaixo mostra o resultado do teste de conhecimentos específicos a partir da análise do número de acertos em relação ao número total de questões e do número de alunos com maiores índice de acertos em relação ao número total de alunos (36).

Tabela 3 - Percentual de acertos no teste de conhecimentos específicos.

<i>Nº de alunos</i>	<i>Nº de acertos</i>	<i>% de alunos</i>	<i>% de acertos</i>
1	7	2,8	17,5
1	8	2,8	20,0
2	9	5,6	22,5
2	10	5,6	25,0
2	11	5,6	27,5
6	12	16,7	30,0
5	13	13,9	32,5
5	14	13,9	35,0
3	16	8,3	40,0
2	20	5,6	50,0
3	21	8,3	52,5

2	24	5,6	60,0
2	26	5,56	65,0
36	--	--	--

Observa-se que o índice de acertos mais ajustado às condições que se dispunha, está entre os percentuais de alunos 16,7% acertaram 30% das questões; 13,9% dos alunos acertaram entre 32,5% e 35% das questões e 8,3% dos alunos acertaram entre 40% e 52,5% das questões.

Os resultados da Tabela 3 poderiam ser condensados, conforme quadro abaixo:

Tabela 4 - Resultado do teste de conhecimentos específicos.

<i>Conceito</i>	<i>Nº de alunos</i>	<i>% Alunos</i>	<i>Nº Acertos</i>	<i>% Acertos</i>
Ruim	4	11,11	Até 9	20,0
Regular	10	27,78	De 10 a 12	30,0
Bom	13	36,11	De 13 a 16	45,0
Muito bom	7	19,44	20 a 24	56,25
Ótimo	2	5,56	25 a 30	67,5
Excelente	--	--	Acima de 30	--
--	36	100,0	--	--

A partir dos questionários aplicados ao final de capa de escolarização tinham o intuito de verificar os aspectos administrativos e pedagógicos durante todas as etapas do curso, adaptamos algumas questões para utilização no levantamento dos dados necessários ao estudo a que nos propomos.

Assim, foram tomadas, do questionário aplicado em todas as Etapas dos períodos de escolarização, as questões de 13 a 18. A questão de número 13, cuja indagação se refere ao nível de conhecimento que o educando considera ter adquirido após a conclusão do curso, teve nas respostas dos 36 alunos que responderam ao questionário o seguinte resultado:

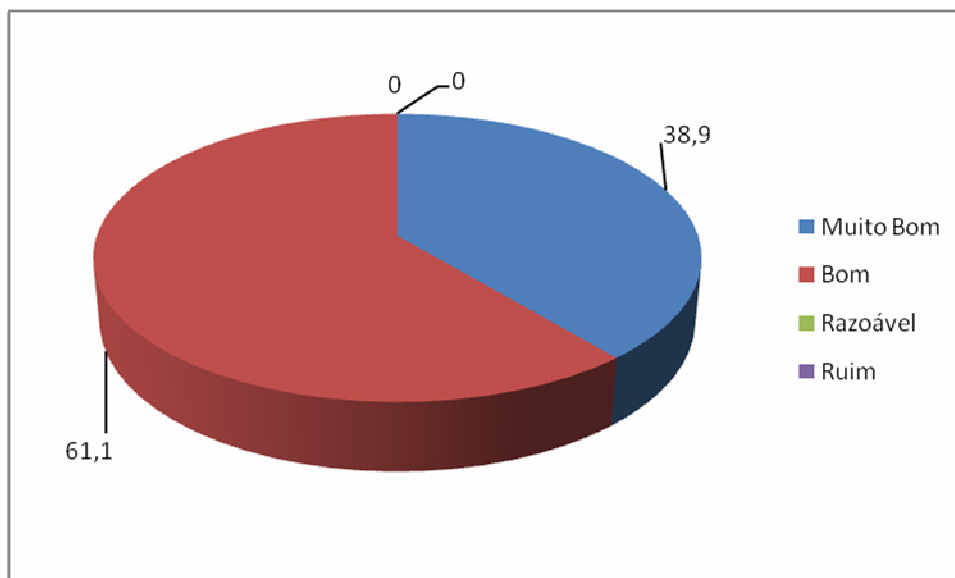


Gráfico 8 - Grau de conhecimento adquirido.

Se considerarmos os resultados satisfatórios como o bom e o muito bom, estes complementar-se-iam no total de 100%.

A questão seguinte, de número 14, buscava a expectativa do educando quanto conclusão do curso. O resultado abaixo mostra que embora o questionário tenha sido aplicado na fase de conclusão do curso, alguns alunos ainda temiam pelo resultado final do processo, uma vez que ainda havia a apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Portanto o resultado obtido foi:

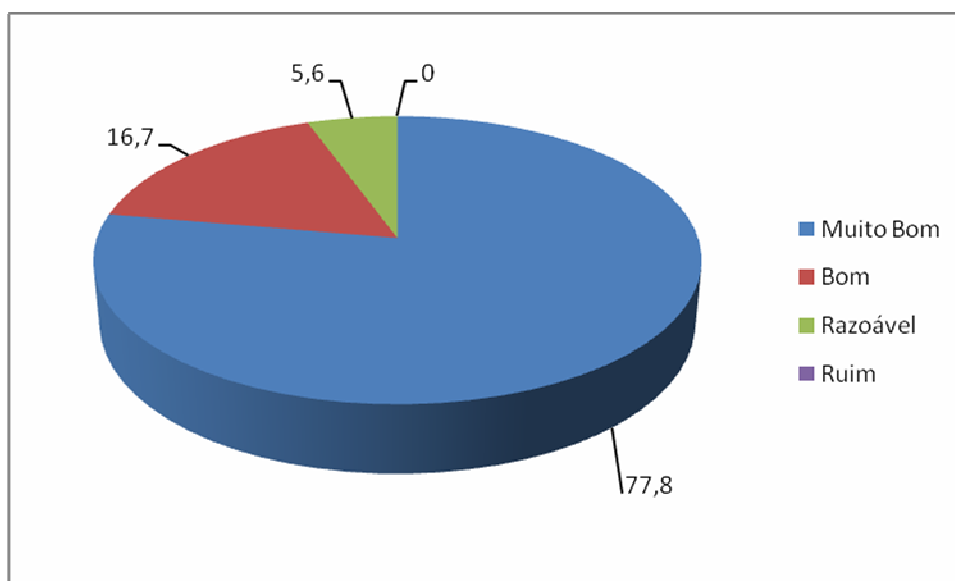


Gráfico 9 – Expectativa dos alunos com relação à conclusão do curso.

Na questão referente à expectativa dos alunos quanto à conclusão do curso, é possível observar que as indicações de bom e muito bom, somam 94,5%.

A questão de número 15 buscava a expectativa do educando no sentido de exercer a profissão de Técnico em Agropecuária. O resultado obtido foi:

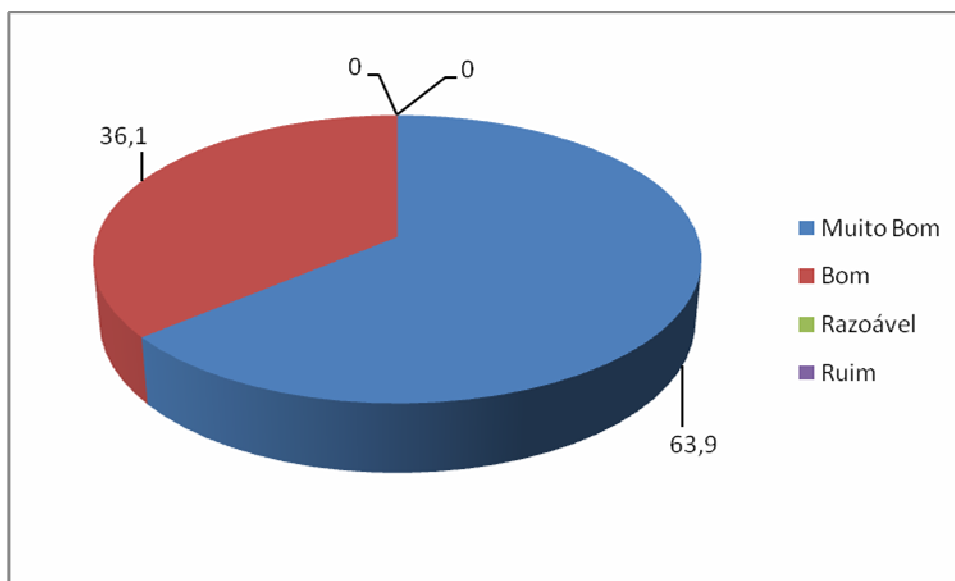


Gráfico 10 – Expectativa quanto a trabalhar na profissão.

Nesta questão, as respostas dos alunos quanto a expectativa de trabalhar na profissão indicam o percentual de 100% nos aspectos bom e muito bom.

A questão de número 16 solicitava ao educando a sua autoavaliação quanto aos conhecimentos técnicos em agropecuária obtidos durante todo o processo de formação. O resultado foi:

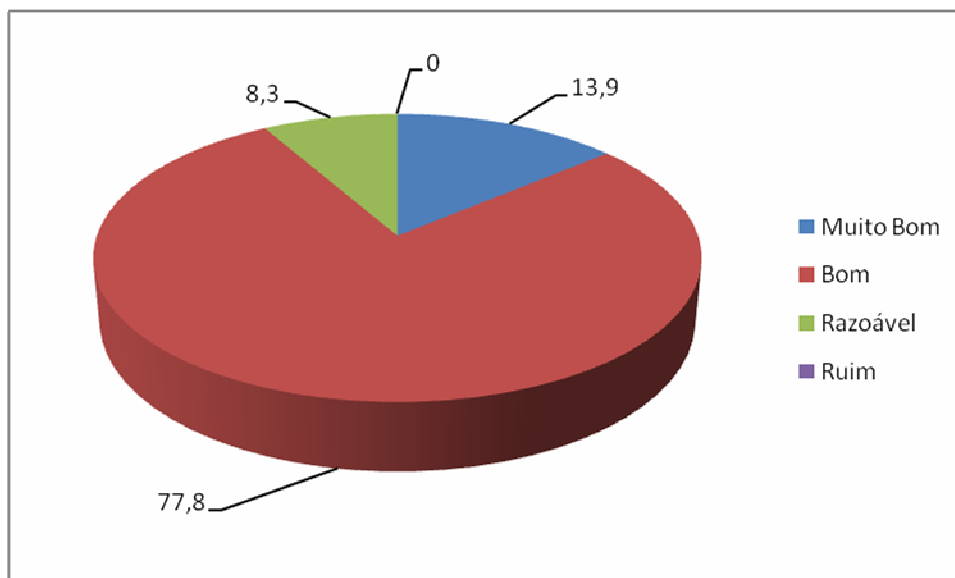


Gráfico 11 – Auto-avaliação dos alunos.

Neste item é possível ver, nas respostas dos educandos, que apenas 8,3% consideravam o nível de conhecimentos adquiridos apenas razoável. Mas a maioria, 91,7% se autoavaliavam, nos níveis bom e muito bom.

A questão de número 17 solicitava a avaliação da turma na visão dos entrevistados, quanto ao aspecto da demonstração de interesse dos alunos na formação profissional. O resultado obtido foi:

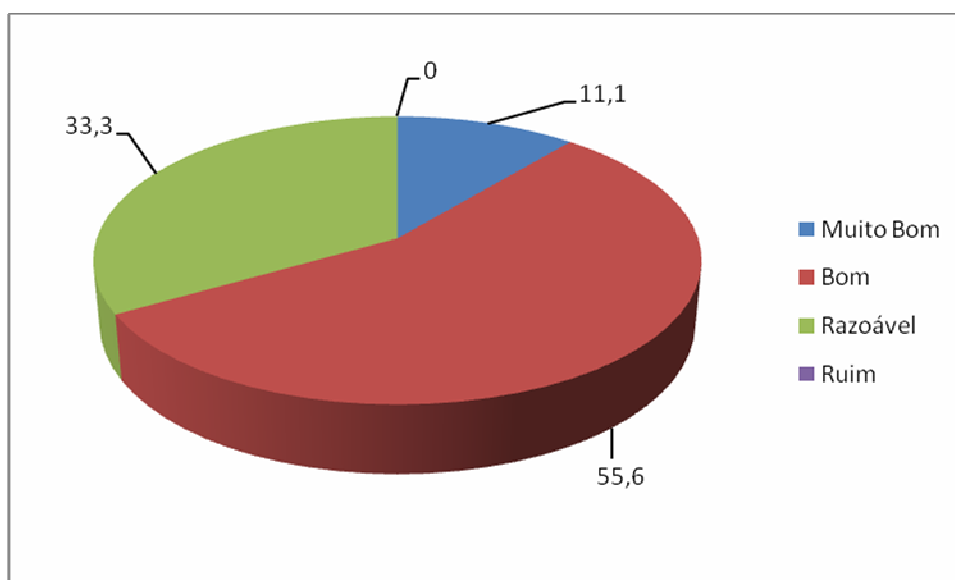


Gráfico 12 – Avaliação da turma.

A avaliação da turma, na visão dos entrevistados, foi um pouco menos favorável, na medida em que, 33,3% acharam que poderia ter sido melhor no aspecto coletivo.

A questão de número 18 foi posta à expressão dos entrevistados, no sentido de exporem os seus sentimentos quanto à importância desta formação profissional em sua vida. Foram selecionadas as expressões mais recorrentes e os resultados obtidos estão especificados abaixo:

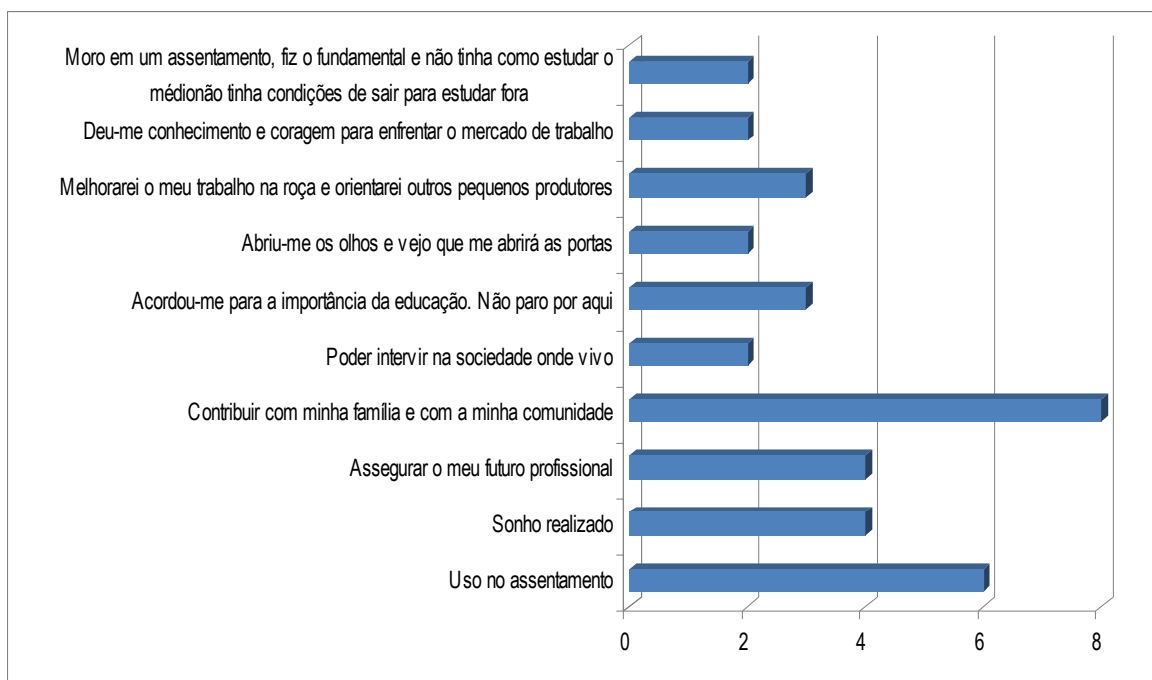


Gráfico 13 – A importância do curso na vida do aluno.

Nesta última questão os alunos tiveram a oportunidade de expressar seus sentimentos quanto ao curso, especialmente a importância deste nas suas vidas na comunidade. Todas as manifestações foram de confiança na educação, no conhecimento, tanto de forma individual com em relação à convivência social e profissional entre os seus pares.

5.2 Participação dos Professores e Coordenadores.

A coleta de informações junto aos professores contou com a participação dos professores que trabalharam com as disciplinas: Língua Portuguesa, Física, Matemática, Irrigação e Drenagem, Fruticultura, Avicultura, Suinocultura e Mecanização Agrícola.

A seleção dos professores a serem convidados para participarem da pesquisa foi orientada por dois aspectos importantes: professores que nunca tiveram a oportunidade de trabalhar na educação do campo, ou seja, com assentados e filhos de assentados e outros com bastante experiência. Os professores sem experiência foram orientados quanto às condições de trabalho, quanto ao perfil da turma, quanto o tipo e nível de exigências que poderiam encontrar durante as atividades docentes.

Os professores de Língua Portuguesa, Física, Matemática e Mecanização Agrícola nunca haviam trabalhado no campo, enquanto que os professores de Irrigação e Drenagem, Fruticultura, Avicultura e Suinocultura eram os mais experientes.

Os coordenadores entrevistados eram militantes do MST.

O interesse demonstrado pelos alunos a partir dos questionamentos durante as aulas foi destacado por todos os professores como demonstração da vontade de aprender e buscar sempre mais informações do professor quanto ao conteúdo da disciplina.

Os trabalhos estabelecidos para serem desenvolvidos pelos alunos no Tempo Comunidade foi visto pelos professores de Língua Portuguesa, Física e Matemática como algo desinteressante para os alunos em alguns momentos por se tratar, segundo os educandos de atividades teóricas e repetitivas, mas não deixavam de realizá-las. Entretanto os professores das disciplinas específicas da agropecuária, especialmente Irrigação e Drenagem, Fruticultura, Avicultura e Mecanização Agrícola afirmam que havia discussões bastante significativas no momento de estabelecerem a atividade a ser desenvolvida. No fim, todos os trabalhos foram realizados e apresentados com excelentes resultados.

A participação nas aulas foi mais intensa nas atividades práticas de campo para os professores das disciplinas específicas. Na disciplina Fruticultura, os alunos implantaram, em apenas cinco dias, um pequeno pomar, aproveitando mudas diversas existentes no assentamento e instalaram o sistema de irrigação por gotejamento para irrigar o pomar. Para os professores das disciplinas do ensino médio, as atividades extraclasse se resumiam aos trabalhos em grupos e posterior apresentação em seminários.

O aproveitamento dos alunos quanto ao conteúdo trabalhado foi comentado, pelos professores de Física e Matemática, como um grande esforço de todos para contornar a falta de conhecimentos básicos necessários à compreensão dos novos conhecimentos. Os professores das disciplinas específicas da Agropecuária relataram como muito bom o aproveitamento, sobretudo nas atividades práticas trabalhadas.

Na visão dos professores das disciplinas básicas, a impressão destes é que os alunos terão dificuldades na vida profissional a partir da carência demonstrada nesses conteúdos, especialmente em Língua Portuguesa no que concerne à redação de textos tendo em vista que ocorreram muitas falhas na ortografia e na acentuação gráfica e na própria construção da idéia na forma escrita, ainda que demonstrassem boa desenvoltura na expressão oral.

Nos conteúdos básicos da Matemática há carência nas operações com números decimais, na regra de três, nas medidas de superfície e volume e nos cálculos com porcentagem. Os professores das disciplinas específicas da Agropecuária consideram que mesmo com certas limitações iniciais os futuros Técnicos em Agropecuária “têm grandes chances de obterem sucesso na profissão que escolheram”.

Algumas expressões dos professores podem ser destacadas, como:

- *“Devido à heterogeneidade da turma, alguns alunos ficaram com aproveitamento um pouco inferior aos demais e poderão sentir dificuldades iniciais para trabalharem como Técnicos em Agropecuária”.*
- *“Não é fácil ser um bom Técnico em Agropecuária. Mas, com o esforço e a determinação que demonstraram, é possível que todos possam trabalhar com técnicos em projetos da agropecuária nos seus assentamentos”.*
- *“Há alguns que pareciam não compreender muito bem o conteúdo teórico na sala de aula, mas na hora de fazer estão sempre na frente”.*
- *“A associação da formação profissional com a conscientização política dos militantes do MST pode levá-los a cumprir um bom papel como Técnico em Agropecuária nos seus assentamentos”.*
- *“Ao ser convidado pela coordenação do curso para trabalhar com integrantes do MST tive dúvidas ao aceitar, considerando a imagem de desordeiros que se vê na mídia. Mas encontrei um grupo de jovens e adultos organizados, determinados e críticos, o que favoreceu a apresentação do conteúdo da minha disciplina com ótimo aproveitamento.”*

Durante alguns momentos, tanto as aulas teóricas na sala de aula como as aulas práticas de campo tinham, com a anuência do professor, a presença de membro da coordenação no intuito de dar apoio aos atores envolvidos no processo. Essa participação estava prevista no planejamento das atividades docentes, sempre com a concordância do

professor, cujo objetivo era, para o MST, a forma de avaliar a efetiva participação dos educandos no processo de escolarização.

Desta participação surgiram impressões que foram traduzidas em comentários como:

- *“Alguns professores conseguiam prender a atenção de um grupo grande e heterogêneo com certa facilidade, em função da dinâmica das aulas.”*
- *“Surgiram questionamentos, especialmente em disciplinas que envolviam temas relativos à filosofia, política e legislação nos quais o grupo chegou a ser indelicado com o professor, gerando um mal estar que precisou da interferência da coordenação.”*
- *“Houve, em alguns momentos, reivindicações exacerbadas dos alunos como: sala de aula climatizada, visitas semanais às praias de São Luis, laboratório de informática com capacidade de atender a todos os estudantes ao mesmo tempo, dentre outros”.*

5.3 As visitas aos assentamentos

As visitas aos assentamentos foram realizadas no mês de janeiro/2009 nos municípios Monção, Igarapé do Meio, Pindaré, Itapecuru-Mirim, Presidente Vargas e Nina Rodrigues tinham dois objetivos: realizar entrevistas marcadas com os alunos e coordenadores e conhecer trabalhos realizados ou incrementados pelos alunos recém formados em suas comunidades ou em empreendimentos próprios.

Durante as visitas foi constatado que dois, dentre os quatro alunos oriundos do assentamento Diamante Negro Jutay, município Igarapé do Meio, estavam trabalhando no projeto de arroz irrigado por inundação às margens do Rio Pindaré em parceria com outros produtores rurais da comunidade.

Dentre os três alunos do município Monção um está trabalhando como Instrutor de Campo da disciplina Olericultura na Casa Família Agrícola mantida pela Prefeitura Municipal e os outros estão desenvolvendo pequenos trabalhos de criação de aves, suínos e hortaliças nos quintais das respectivas residências.

Foi importante visitar os Técnicos em Agropecuária recém formados pelo convênio IFMA Campus São Luís Maracanã/MST/INCRA-PRONERA e poder constatar os bons resultados obtidos por vários deles.

Os resultados das visitas de campo reforçaram as demais informações obtidas nos demais modos de levantamento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação para a pesquisa objeto deste trabalho está fundamentada nas indagações surgidas, ainda no processo de elaboração da proposta para envio ao PRONERA, para financiamento, e durante toda a execução do curso, em função do ineditismo do projeto realizado pelo Instituto Federal de Educação do Maranhão Campus São Luis Maracanã IFMA: Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrada utilizando a Pedagogia da Alternância para assentados e filhos de assentados da Reforma Agrária, oriundos de assentamentos dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins, sob a coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A falta de experiência neste tipo de educação formado pelo binômio Educação Profissional Agropecuária/Pedagogia da Alternância, dificultou a tomada de decisões na definição dos aspectos pedagógicos e administrativos a serem adotados.

As experiências trazidas por integrantes do MST que participavam na elaboração do projeto era de um curso semelhante desenvolvido no município de Bananeiras no estado da Paraíba, mas sob condições extremamente diversas: os alunos iam à escola onde ficavam alojados por período pré estabelecido de quinze dias e a programação estava ajustada ao período do tempo de escolarização e toda a estrutura da escola estava disponível para a efetivação das aulas teóricas e práticas.

O curso de formação Técnica em Agropecuária, operacionalizado pelo IFMA Campus São Luis Maracanã foi realizado em estruturas de salas de aula, laboratório de informática, refeitório e alojamento, no Centro de Capacitação e Pesquisa Padre Josimo Tavares (CPJ), no Assentamento Diamante Negro Jutay, na Vila Diamante, município de Igarapé do Meio-MA, a 210 km da capital, São Luis.

Outra experiência trazida à discussão por integrantes do MST referia-se ao curso de agente de saúde em execução no CPJ. Para o curso de Técnico em Agropecuária havia um elemento a mais a ser considerado: a necessidade de aulas práticas em áreas de produção vegetal e produção animal, as quais precisariam ser disponibilizadas tanto no Assentamento Diamante Negro Jutay, na Vila Diamante, Igarapé do Meio-MA, como nos respectivos assentamentos de origem dos educandos. Acrescente-se a estes aspectos o fato da apresentação do conteúdo em módulos de até 40 horas aula, a serem trabalhados em cinco dias úteis.

Os alunos do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado, executado a partir da parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus São Luis-Maracanã (IFMA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Maranhão (FUNCEMA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) utilizando recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que participaram de todo o período de formação vinham de diversos assentamentos do estado do Maranhão e outros de assentamentos nos estados do Pará e Tocantins. Exceto seis alunos residentes no próprio assentamento Diamante Negro Jutay, os demais viajavam entre duas a nove horas de ônibus até o Centro de Produção e Pesquisa Padre Josimo Tavares (CPJ), na Vila Diamante, no Assentamento Diamante Negro Jutay, local de realização dos Tempos Escolas. Com base nesse deslocamento e considerando os aspectos de assiduidade, pontualidade e participação buscou-se avaliar, mesmo subjetivamente, o interesse ou desinteresse por eles demonstrado.

As evasões ocorreram entre a segunda e quarta etapas. Dos 110 alunos que foram devidamente matriculados e iniciaram o curso, apenas 88 chegaram à colação de grau. Foram 22 os alunos que não concluíram o curso. A taxa de evasão atingiu, portanto, 20%.

Embora a evasão tenha atingido os 20% há de ser observado que dentre estes houve, pelo menos, quatro casos em que os alunos desistiram por questões financeiras na família. Era optar por sustentar a família ou estudar. Um outro caso o aluno fez a matrícula pensando que fosse curso superior. Quando descobriu que era nível médio e já havia cursado, desistiu. Houve dois casos de desligamento por indisciplina grave, segundo as normas de convivência do próprio MST. Os demais desistentes não informaram os motivos ou sequer comunicaram a decisão.

A concepção do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado foi uma iniciativa do MST por entender que a Educação do Campo, voltada para as classes populares e em particular para os assentados e filhos de assentados da reforma agrária, é ainda insuficiente, especialmente no plano da formação profissional.

O Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado tinha por objetivo a formação de cem técnicos. Considerando a possibilidade de evasão, os líderes do MST sugeriram a seleção e a matrícula de 10% a mais. Assim, foram selecionados e matriculados cento e dez alunos.

Os alunos foram selecionados dentro do universo de jovens e adultos que, por viverem no campo e optarem em permanecer no seu local de origem, convivem com a falta de

escolas e de programas de governo voltados para esta clientela. Os jovens e adultos agora Técnicos em Agropecuária estariam condenados a serem apenas mais um elevado número de brasileiros sem direito à educação.

A contribuição social de um projeto desta natureza não é possível ser mensurada em equações algébricas. A curtíssimo prazo, a médio e a prazo indefinido pode-se constatar o alcance social deste curso, a partir do que vimos e ouvimos nas visitas aos alunos nos assentamentos visitados. Relembrando algumas:

- “Agora que voltei a estudar, não paro por aqui. Pretendo trabalhar como técnico por um tempo e depois fazer Faculdade de Agronomia”. Assentado do município Igarapé do Meio.
- “Estou me sentindo realizado como técnico, como militante e como cidadão.” Palavra do técnico que trabalha como instrutor de aulas teóricas e práticas em uma Casa Familiar Rural no município de Monção-MA.
- “A minha maior alegria foi me sentir útil aos meus familiares e amigos ensinando novas formas de plantio.” Técnico residente em assentamento do município de Igarapé do Meio-MA.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MEC. Anais do Seminário Nacional de Educação Profissional: Concepções, Experiências, Problemas e Propostas. 2003

BRASIL. MEC. Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica: proposta em discussão. 2004.

BRASIL. MEC. CNE/CEB. Parecer nº 16/99.

BRASIL. MEC. CNE/CEB. Resolução nº 04/99.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB nº1 de 03/04/2002. Brasília. 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento sem Terra: uma escola é mais do que escola**. Vozes. Petrópolis RJ. 2000.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em Pesquisas Qualitativas**. Curitiba: Educar, Curitiba -PR: Ed. UFPR, p 213-225, 2004.

FRANCO, E. M. O cotidiano de uma estudante de pós-graduação. In: PATRÍCIO, Z.M.;

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Paz e Terra, 30ª ed. Rio de Janeiro, RJ. 2007.

GIMONET, J. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p.20-29, mai./jun. 1995.

<http://www.mepes.org.br> acesso em 20/10/2009

MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social.** Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 19. Ed. Petrópolis: vozes, 2001.

PATRÍCIO, Z. M.; CASAGRANDE, J. L.; ARAÚJO, M. F. **Qualidade de vida do trabalhador: uma abordagem qualitativa do ser humano através de novos paradigmas.** Florianópolis: Ed. do Autor, 1999.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **Alfabetização no MST: Experiência com jovens e adultos na Baixada Fluminense.** Campinas, SP: Komedi, 2007.

SAVIANI, Demerval. **Política e Educação no Brasil: O Papel do Congresso Nacional na Legislação do Ensino. 3. ed. Campinas, SP. Autores Associados, 1996.**

SOBRAL, Francisco José Montório. **Palestra apresentada no Seminário Nacional de Educação Profissional do PRONERA/INCRA. Lousiania GO. 2008.**

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1995.

ANEXOS



O Brasil é, territorialmente, o maior país da América do Sul. Colônia de Portugal até 1889, tem população de mais de 192 milhões de habitantes, os estados estão organizados nas regiões Norte, Nordeste (na qual está inserido o estado do Maranhão - MA), Centro Oeste, Sudeste e Sul.



O Maranhão é o estado mais a oeste da região Nordeste, faz fronteira com o estado do Pará, na região Norte. Por conta disso foi conhecido durante muito tempo como o único estado brasileiro em uma região específica denominada Meio-Norte. Formado por 217 municípios, tem a capital, São Luís (a única capital brasileira fundada por franceses, cujo nome foi dado em homenagem ao Rei D. Luís da França), localizada no litoral ao norte do estado.



O município Igarapé do Meio está localizado no centro norte do estado a 210km de São Luís.

CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM AGROPECUÁRIA – INTEGRADA

CONVÊNIO: EAFSL - MA / MST / FUNCEMA / INCRA – PRONERA

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO DIÁRIO DE CLASSE

1. Preencher o diário com ponto (.) para a presença e F para a ausência do aluno da sala de aula;
2. A jornada de 40 horas está dividida em duas partes. Cada dois dias e meio (20 horas), corresponde a um bimestre e dessa forma está, também, dividido o registro da chamada. Inclusive quanto ao total de faltas;
3. Avaliações:
 - a) A avaliação Quantitativa – QT – tem valor máximo de 5,0 pontos;
 - b) A avaliação Qualitativa – QL – tem valor máximo de 3,0 pontos;
 - c) A avaliação do Tempo Comunidade – TC – tem valor máximo de 2,0;
4. As avaliações, quantitativa – QT – e qualitativa – QL – devem ser preenchidas nas duas colunas relativas ao 1º bimestre e 2º bimestre. A avaliação do tempo comunidade – TC – somente será preenchida no retorno do aluno do referido TC. Conseqüentemente a média também somente será preenchida após a correção das atividades cumpridas pelo aluno no Tempo Comunidade;
5. O aluno que não obtiver a nota mínima 5,0 no somatório das notas do QT + QL, deverá fazer uma avaliação de reposição na sexta feira à tarde;

6. Após a reposição, e terminada a jornada das 32 horas se o aluno ainda estiver com nota baixa será submetido à nova reposição no final da etapa (esta sob a responsabilidade da Coordenação);
7. O diário, devidamente preenchido, deverá ser entregue à Coordenação Geral, preferencialmente, na 2ª. Feira da semana seguinte após a conclusão da disciplina, isto agiliza a liberação da bolsa a que o professor faz jus.





MEC / SETEC
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO LUIZ-MA
 Av. dos curiós s/n – Vila Esperança – São Luís – MA
 CEP: 65.095 – 460 - Cx. Postal 443 – C.N.P.J. 73.964.538/0001-90
 Fones: (98) 3241-8585 – Fax: (98) 3241-8504.
 E-mail: cgrh@elo.com.br



**CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM AGROPECUÁRIA
 INTEGRADO**

CONVÊNIO: EAFSL - MA / INCRA / PRONERA / MST / FUNCEMA.

DIÁRIO DE CLASSE

PROFESSOR:

DISCIPLINA:

TURMA –

ETAPA –

PERÍODO:

Nº	Nome do Aluno	Dias					TF	Avaliações				Dias					TF	Avaliações			
		M	V	M	V	M		1º BIMESTRE				V	M	V	M	V		2º BIMESTRE			
								QT	QL	TC	AB							QT	QL	TC	AB

LEGENDA: M – Matutino V – Vespertino TF – Total de Faltas QL – Avaliação Qualitativa
 QT – Avaliação Quantitativa AB – Avaliação Bimestral TC – Tempo Comunidade

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS POR ETAPA POR TURMA.

TURMA – I ETAPA – I PERÍODO: 20 / 02 a 30 / 04 / 2006

Nº	DISCIPLINA	C.H.	PERÍODO	PROFESSOR
01	Língua Portuguesa	40	20 a 24 / 02 / 2006	Fátima Sampaio
02	Estudos Regionais	20	02 a 04 / 03 / 2006	Elizângela Lourêdo
03	Avicultura	40	06 a 10 / 03 / 2006	Sérgio Moraes
04	Matemática	40	13 a 17 / 03 / 2006	Isaque Ramos
05	Biologia	40	20 a 24 / 03 / 2006	Olga Karina
06	Olericultura	40	27 a 31 / 03 / 2006	Edylberto Ataíde
07	Química	40	03 a 07 / 04 / 2006	Luiz Gonzaga
08	Agroecologia	40	10 a 14 / 04 / 2006	Jean Magalhães
09	Arte	42	17 a 21 / 04 / 2006	Lourenilson Nunes
10	Educação física	40	24 a 28 / 04 / 2006	Vinicius Garcês
11	Avaliação da Etapa	16	29 a 30 / 04 / 2006	Coordenação

TURMA – II ETAPA – I PERÍODO: 15 / 05 a 21 / 07 / 2006

Nº	DISCIPLINA	C.H.	PERÍODO	PROFESSOR
01	Língua Portuguesa	40	15 a 19 / 05 / 2006	Maria José Lobato
02	Matemática	40	.22 a 26 / 05 / 2006	Vanda Gomes
03	Avicultura	40	29 / 05 a 02 / 06 / 2006	José Antonio Guterres
04	Química	40	05 a 09 / 06 / 2006	Silvio Carlos
05	Olericultura	40	12 a 16 / 06 / 2006	José Antonio Guterres
06	Biologia	40	19 a 23 / 06 / 2006	Olga Karina
07	Estudos Regionais	20	26 a 28 / 06 / 2006	Moacir Torres
08	Arte	42	03 a 07 / 07 / 2006	Lourenilson de Jesus
09	Educação Física	40	10 a 14 / 07 / 2006	Syleida Dutra
10	Agroecologia	40	17 a 21 / 07 / 2006	Izumy Doihara
11	Avaliação	24	24 a 26 / 07 / 2006	Coordenação

TURMA – I ETAPA – II PERÍODO: 31 / 07 a 08 / 08 / 2006

Nº	DISCIPLINA	C.H.	PERÍODO	PROFESSOR
01	Sociol. Desenvolvimento	32	31 / 07 a 03 / 08 / 2006	Zayra Azar

02	Informática	20	04 e 05 / 08 / 2006	José Dimas
03	Arte	42	07 a 11 / 08 / 2006	José Dimas
04	Língua Portuguesa	40	14 a 18 / 08 / 2006	Fátima Sampaio
05	Hig. Seg. no Trabalho	40	21 a 25 / 08 / 2006	Moacir Torres
06	Matemática	40	28 / 08 a 01 / 09 / 2006	Adão Rodrigues
07	Biologia	40	04 a 08 / 09 / 2006	Ediney Sousa
08	Avicultura	40	11 a 15 / 09 / 2006	Esperança Maria
09	Educação Física	40	18 a 22 / 09 / 2006	Maria do Carmo
10	Química	40	02 a 06 / 10 / 2006	Antonio Tinoco
11	Avaliação da Etapa	24	06 a 08 / 10 / 2006	Coordenação

TURMA – II

ETAPA – II

PERÍODO: 09 / 10 a 08 / 10 / 2006

Nº	DISCIPLINA	C.H.	PERÍODO	PROFESSOR
01	Sociol. Desenvolvimento	32	09 a 12 / 10 / 2006	Michelle Elias
02	Informática	20	13 e 14 / 10 / 2006	José Dimas
03	Artes	42	16 a 20 / 10 / 2006	Lourenilson de Jesus
04	Língua Portuguesa	40	23 a 27 / 10 / 2006	Maria José Lobato
05	Educação Física	40	30 / 10 a 03 / 11 / 2006	Maria do Carmo
06	Matemática	40	06 a 10 / 11 / 2006	Adão Rodrigues
07	Biologia	40	13 a 17 / 11 / 2006	Olga Karina
08	Avicultura	40	20 a 24 / 11 / 2006	Esperança Barbosa
09	Química	40	11 a 15 / 12 / 2006	Antonio Tinoco
10	Olericultura	40	04 a 08 / 12 / 2006	Marcondes Leite
11	Hig. Seg. no Trabalho	40	27 / 11 a 01 / 12 / 2006	Moacir Torres
	Avaliação	24	15 a 17 / 12 / 2006	Coordenação

TURMA – I

ETAPA – III

PERÍODO: 09 / 01 a 08 / 04 / 2007

Nº	DISCIPLINA	C.H.	PERÍODO	PROFESSOR
01	Biologia	40	09 a 12 / 01 / 2007	Edney Sousa
02	Matemática	40	15 a 19 / 01 / 2007	Adão Rodrigues
03	Língua Portuguesa	40	22 a 26 / 01 / 2007	Fátima Sampaio
04	Suinocultura	40	29 / 01 a 02 / 02 / 2007	Esperança Maria
05	Química	40	05 a 09 / 02 / 2007	Antonio Tinoco
06	Sociol. Desenvolvimento	32	12 a 16 / 02 / 2007	Zayra Azar

07	Olericultura (*)	40	19 a 23 / 02 / 2007	Jorge Souza
08	Educação Física	40	26 / 02 a 02 / 03 / 2007	Maria do Carmo
09	Culturas Anuais	40	05 a 09 / 03 / 2007	Marcondes Leite
10	Informática	40	12 a 16 / 03 / 2007	Clauber Barros
11	História	40	19 a 23 / 03 / 2007	Gilvânia Silva
12	Língua Estrangeira	40	26 a 30 / 03 / 2007	Irineu José
13	Irrigação e Drenagem	32	02 a 05 / 04 / 2007	Marcondes Leite
14	Avaliação da Etapa	24	06 a 08 / 04 / 2007	Coordenação

(*) – Disciplina não ministrada na 2ª etapa

TURMA – II ETAPA – III PERÍODO: 09 / 04 a 01 / 07 / 2007

Nº	DISCIPLINA	C.H.	PERÍODO	PROFESSOR
01	Língua Estrangeira	40	09 a 13 / 04 / 2007	Edmilson Moreira
02	Língua Portuguesa	40	16 a 20 / 04 / 2007	Flor de Maria
03	Matemática	40	23 a 27 / 04 / 2007	Claudinalva Frasso
04	Biologia	40	30 / 04 a 04 / 05 / 2007	Julimar Barros
05	Informática	40	07 a 11 / 05 / 2007	Clauber Barros
06	Sociol. Desenvolvimento	32	15 a 18 / 05 / 2007	Márcia Lima
07	Educação Física	40	21 a 25 / 05 / 2007	Maria do Carmo
08	Química	40	28 / 05 a 01 / 06 / 2007	Antonio Luis
09	Culturas Anuais	40	04 a 08 / 06 / 2007	Jorge Sousa
10	Irrigação e Drenagem	40	11 a 15 / 06 / 2007	Marcondes Leite
11	História	40	18 a 22 / 06 / 2007	Josenilton Costa
12	Suinocultura	32	25 a 28 / 06 / 2007	Antonio de Pádua
13	Avaliação	24	29 / 06 a 01 / 07 / 2007	Coordenação

TURMA – I ETAPA – IV PERÍODO: 16 / 07 a 29 / 09 / 2007

Nº	DISCIPLINA	CH	PERÍODO	PROFESSOR
01	Língua Portuguesa	40	16 a 20 / 07 / 2007	Fátima Sampaio
02	Suinocultura	32	23 a 26 / 07 / 2007	Esperança Maria
03	Física	40	30 / 07 a 03 / 08 / 2007	Ivaldo Júnior
04	Matemática	40	06 a 10 / 08 / 2007	Adão Rodrigues
05	Química	20	13 a 15 / 08 / 2007	Viviane Lima
06	Biologia	20	15 a 17 / 08 / 2007	Viviane Lima

07	Educação Física	40	20 a 24 / 08 / 2007	Maria do Carmo
08	Culturas Anuais	40	27 a 31 / 08 / 2007	Marcondes Leite
09	Geografia	40	03 a 07 / 09 / 2007	Alexandre Vítor
10	Língua Estrangeira	40	10 a 14 / 09 / 2007	Edmilson Moreira
11	História	40	17 a 21 / 09 / 2007	Gilvania Silva
12	Mecanização Agrícola	32	24 a 27 / 09 / 2007	José Rodrigues
13	Avaliação da Etapa	24	27 a 29 / 09 / 2007	Coordenação

TURMA - II

ETAPA – IV

PERÍODO: 01 / 10 A 15 / 12 / 2007

Nº	DISCIPLINA	C.H	PERÍODO	PROFESSOR
01	Língua Portuguesa	40	01 a 05 / 10 / 2007	Flor de Maria
02	Língua Estrangeira	40	08 a 12 / 10 / 2007	Edmilson Moreira
03	Mecanização Agrícola	32	15 a 18 / 10 / 2007	José Rodrigues
04	Matemática	40	22 a 26 / 10 / 2007	Claudinalva Frasso
05	Física	40	29 / 10 a 02 / 11 / 2007	Ivaldo Júnior
06	Educação Física	40	05 a 09 / 11 / 2007	Maria do Carmo
07	Culturas Anuais	40	12 a 16 / 11 / 2007	Marcondes Leite
08	Geografia	40	19 a 23 / 11 / 2007	Plínio Lima
09	Química	20	26 a 28 / 11 / 2007	Viviane Souza
10	Biologia	20	28 a 30 / 11 / 2007	Viviane Souza
11	História	40	03 a 07 / 12 / 2007	Gilvania Silva
12	Suinocultura	32	10 a 13 / 12 / 2007	Antonio de Pádua
13	Avaliação da Etapa	24	13 a 15 / 12 / 2007	Coordenação

TURMA – I

ETAPA – V

PERÍODO: 14 / 01 A 20 / 12 / 2007

Nº	DISCIPLINA	C.H	PERÍODO	PROFESSOR
01	Língua Portuguesa	40	14 a 18 / 01 / 08	Maria de Fátima
02	Matemática	40	21 a 25 / 01 / 08	Claudinalva Frasso
03	Geografia	40	28 / 01 a 01 / 02 / 08	Alexandre Vítor
04	História	32	06 a 09 / 02 / 08	Gilvânia Silva
05	Piscicultura	40	11 a 15 / 02 / 08	José Antonio Guterres
06	Mecanização Agrícola	28	18 a 21 / 02 / 08	José Rodrigues
07	Bovinocultura	32	25 a 28 / 02 / 08	Werbeth Santos
	Estágio Curricular	96	01 a 12 / 03 / 08	

08	Física	40	17 a 21 / 03 / 08	Ivaldo Junior
09	Irrigação e Drenagem	32	24 a 27 / 03 / 08	Marcondes Leite
10	Fruticultura	40	31 / 03 a 04 / 04 / 08	Viviane souza
11	Constr. Inst. Rurais	42	07 a 11 / 04 / 08	Marcondes Leite
12	Língua Estrangeira	32	14 a 17 / 04 / 08	Edmilson Moreira
	Avaliação da Etapa	24	18 a 20 / 12 / 2007	Coordenação

TURMA - II
ETAPA – V
PERÍODO: 03/03 a 25 / 05 /2008

Nº	DISCIPLINA	C.H	PERÍODO	PROFESSOR
	Estágio Curricular	96	18 a 29 / 02 / 08	
01	Piscicultura	40	03 a 07 / 03 / 08	José Antonio Guterres
02	Bovinocultura	32	10 a 13 / 03 / 08	Werbeth Santos
03	Mecanização Agrícola	28	17 a 20 / 03 / 08	José Rodrigues
04	Física	40	24 a 28 / 03 / 08	Ivaldo Junior
05	Língua Portuguesa	40	31 / 03 a 04 / 04 / 08	Flor de Maria
06	Constr. Inst. Rurais	42	07 a 11 / 04 / 08	Marcondes Vítor
07	Fruticultura	40	14 a 18 / 04 / 08	Alessandro Santos
08	Geografia	40	21 a 25 / 04 / 08	Plínio Lima
09	Matemática	40	28 / 04 a 02 / 05 / 08	Claudinalva Frasso
10	Irrigação e Drenagem	32	05 a 08 / 05 / 08	Marcondes Leite
11	História	32	09 a 12 / 05 / 08	Gilvânia Silva
12	Língua Estrangeira(Espanhol)	32	13 a 16 / 05 / 08	Soraya Pereira
13	Avaliação da Etapa	24	23 a 25 / 05 / 08	Coordenação

TURMA – I
ETAPA – VI
PERÍODO: 19 / 05 a 07 / 08 / 2008

Nº	DISCIPLINA	C.H	PERÍODO	PROFESSOR
01	Língua Portuguesa	40	19 a 23 / 05 / 08	Maria de Fátima
02	Educação Física	40	26 a 30 / 05 / 08	Maria do Carmo
03	Matemática	40	02 a 05 / 06 / 08	Claudinalva Frasso
04	Estatística	32	09 a 13 / 06 / 08	Claudinlva Frasso
05	Física	40	16 a 19 / 06 / 08	Ivaldo Júnior
06	Filosofia	32	23 a 27 / 06 / 08	Maria Divina
07	Geografia	40	30 / 06 a 04 / 07 / 08	Plínio Lima
08	Informática	40	07 a 11 / 07 / 08	Clauber Barros

09	Fruticultura	40	14 a 17 / 07 / 08	Thiago Palhares
10	Indústrias Rurais	32	21 a 25 / 07 / 08	Fernanda Jansen
11	Planej. e Projetos	42	28 a 31 / 07 / 08	Marcondes Leite
12	Bovinocultura	32	01 a 04 / 08 / 08	Sonália da Paixão
13	Avaliação da Etapa	24	05 a 07 / 08 / 08	Coordenação

TURMA – II ETAPA – VI PERÍODO: 16 / 06 a 15 / 08 / 2008

Nº	DISCIPLINA	CH	PERÍODO	PROFESSOR
01	Língua Portuguesa	32	16 a 19 / 06 / 08	Flor de Maria
02	Estatística	24	20 a 22 / 06 / 08	Ivaldo Júnior
03	Física	32	23 a 26 / 06 / 08	Ivaldo Júnior
04	Matemática	32	02 a 05 / 07 / 08	Claudinalva Frasso
05	Geografia	32	07 a 10 / 07 / 08	Plínio Lima
06	Educação Física	32	14 a 17 / 07 / 08	Maria do Carmo
07	Bovinocultura	40	21 a 25 / 07 / 08	Esperança Maria
08	Planejamento e Projeto	32	28 a 31 / 07 / 08	Marcondes Leite
09	Indústrias Rurais	24	24 a 26 / 07 / 08	Antonio Evangelista
10	Fruticultura	32	04 a 07 / 08 / 08	Thiago Palhares
11	Filosofia	24	08 a 11 / 08 / 08	Maria Divina
13	Avaliação da Etapa	24	12 a 15 / 08 / 08	Coordenação

TURMA – I ETAPA – VII PERÍODO: 29 / 09 A 30 / 11 / 2008

Nº	DISCIPLINA	C.H	PERÍODO	PROFESSOR
01	Língua Portuguesa	40	29 / 09 a 03 / 10 / 08	Maria de Fátima
02	Educação Física	40	06 a 10 / 10 / 08	Maria do Carmo
03	Matemática	40	13 a 17 / 10 / 08	Claudinalva Frasso
04	Estatística	32	20 a 23 / 10 / 08	Claudinalva Frasso
05	Física	32	27 a 30 / 10 / 08	Ivaldo Júnior
06	Filosofia	32	03 a 06 / 11 / 08	Maria Divina
07	Indústrias Rurais	32	10 a 13 / 11 / 08	Solange Muniz
08	Gestão Agropecuária	42	17 a 21 / 11 / 08	Diogo Herison
09	Bovinocultura	32	24 a 27 / 11 / 08	Sonália da Paixão
10	Avaliação da Etapa	24	28 a 30 / 11 / 08	Coordenação

Obs. Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de 01 a 05 / 12 / 2008

TURMA-II**ETAPA-VII****PERÍODO: 20 / 10 a 30 / 11 / 2008**

Nº	DISCIPLINA	CH.	PERÍODO	PROFESSOR
01	Língua Portuguesa	32	20 a 23 / 10 / 08	Flor de Maria
02	Indústrias Rurais	24	24 a 26 / 10 / 08	Solange Muniz
03	Matemática	32	27 a 30 / 10 / 08	Claudinalva Frasso
04	Educação Física	32	03 a 06 / 11 / 08	Maria do Carmo
05	Bovinocultura	24	08 a 10 / 11 / 08	Sonália Paixão
06	Estatística	24	11 a 13 / 11 / 08	Ivaldo Júnior
07	Informática	32	14 a 17 / 11 / 08	Clauber Barros
08	Física	24	18 a 20 / 11 / 08	Ivaldo Júnior
09	Filosofia	24	21 a 23 / 11 / 08	Maria Divina
10	Gestão Agropecuária	32	24 a 27 / 11 / 08	Thiago Palhares
11	Avaliação da Etapa	24	28 a 30 / 11 / 08	Coordenação

Obs. Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de 09 a 12 / 12 / 2008.

APÊNDICES



ENTREVISTA COM ALUNOS



Prezado aluno

Este instrumento tem por objetivo a coleta de informações que serão utilizados na dissertação de mestrado intitulada PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADA: Experiência do IFMA Campus São Luis Maracanã, no Assentamento Diamante Negro Jutay.

Sua entrevista será muito importante para o bom desenvolvimento desta pesquisa.

Atenciosamente

Profº Expedito da Cruz Gomes Oliveira

Mestrando do PPGEA



ENTREVISTA COM PROFESSORES



Prezado Professor

Este instrumento tem por objetivo a coleta de informações que serão utilizados na dissertação de mestrado intitulada PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADA: Experiência do IFMA Campus São Luis Maracanã, no Assentamento Diamante Negro Jutay.

Sua entrevista será muito importante para o bom desenvolvimento desta pesquisa.

Atenciosamente

Profº Expedito da Cruz Gomes Oliveira

Mestrando do PPGEA



ENTREVISTA COM COORDENADORES



Prezado Coordenador

Este instrumento tem por objetivo a coleta de informações que serão utilizados na dissertação de mestrado intitulada PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADA: Experiência do IFMA Campus São Luis Maracanã, no Assentamento Diamante Negro Jutay.

Sua entrevista será muito importante para o bom desenvolvimento desta pesquisa.

Atenciosamente

Profº Expedito da Cruz Gomes Oliveira
Mestrando do PPGEA

TESTE DE AFERIÇÃO DO NÍVEL DE APROVEITAMENTO OBTIDO PELOS ALUNOS
DO CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM
AGROPECUÁRIA – INTEGRADO

CONVÊNIO: EAFSL - MA / INCRA / PRONERA / MST / FUNCEMA.

PRIMEIRA PARTE

Língua Portuguesa.

1. A Próclise em “Deus me livre!” obedece à mesma regra a que obedece um dos períodos abaixo:
 - a) Bons ventos o levem!
 - b) Quem me explicou este assunto?
 - c) Mal me lembrei da resposta, vibrei.
 - d) Deus nos convida, embora pouca atenção lhe demos.
 - e) Na desventura, muitos se entregam a Deus.

2. Assinale a alternativa em que a divisão silábica está incorreta.
 - a) Má-rio
 - b) Cons-tru-í-do
 - c) E-gip-cio
 - d) Ma-ria
 - e) Ab-rup-to

3. Assinale a opção que preenche corretamente os espaços. “_____ muitos erram a grafia do _____ ?”
 - a) por quê, por que;
 - b) porque, porque;
 - c) por que, porquê;
 - d) porquê, por que;

- e) por que, por que.
4. Assinale a alternativa cujas palavras preenchem corretamente as lacunas. “ Foi preso em _____, na ocasião do _____ por haver _____ o regulamento do _____ .
- a) flagrante – acidente – infringido – tráfego.
 - b) flagrante – incidente – infligido – tráfico.
 - c) flagrante – acidente – infrigido – tráfego.
 - d) flagrante – acidente – infligido – tráfico.
 - e) flagrante – incidente – infringido – tráfego.
5. Indique a opção em que o verbo **aspirar** tem o mesmo significado do empregado em: “É conveniente, em tais situações, aspirar o ar das montanhas.”
- a) Aspiro livrar-me desta situação.
 - b) Você aspirou éter?
 - c) O cargo que aspiro é alto.
 - d) Ele sempre aspirou voltar às montanhas.
 - e) Você aspira a carreira militar?
6. Na oração “Acharam um artigo indefinido na sua bagagem”, há um caso de:
- a) voz ativa com sujeito indeterminado;
 - b) voz ativa com sujeito determinado;
 - c) voz passiva com sujeito oculto;
 - d) voz passiva com sujeito claro;
 - e) voz passiva com sujeito oculto.
7. Na oração “Chamou-se um **eletricista** para a instalação dos fios.” o termo em destaque é:
- a) objeto direto;
 - b) objeto indireto;
 - c) sujeito;
 - d) predicativo do sujeito;
 - e) agente da passiva.
8. Assinale a opção em que todas as palavras estão grafadas corretamente:
- a) Pagé, manjericão, berinjela, jibóia, girau.
 - b) Mangericão, berinjela, gibóia, jirau, pagé;
 - c) Berinjela, jibóia, jirau, pajé, manjericão;
 - d) Jibóia, girau, pajé, manjericão, beringela;
 - e) Girau, pagé, mangericão, beringela, gibóia.

MATEMÁTICA

1. Certo terreno tem formato curioso. Tem apenas três lados. O primeiro mede 50 metros, o segundo mede 40 metros e o terceiro mede 30 metros. O segundo e o terceiro se tocam de forma perpendicular. A área desse terreno tem:
 - a) 120 metros quadrados;
 - b) 600 metros quadrados;
 - c) 1200 metros quadrados;
 - d) 700 metros quadrados;
 - e) 70 metros quadrados.

2. Antes de iniciarmos o plantio devemos determinar a taxa de germinação da semente a fim de que possamos calcular a quantidade de sementes a ser utilizada. O técnico colocou cem sementes em cada uma das cinco bandejas e manteve a umidade necessária. Ao final do teste, das cinco bandejas, apenas setenta e cinco sementes não germinaram. A taxa de germinação é:
 - a) 75%
 - b) 25%
 - c) 85%
 - d) 15%
 - e) 100%

3. Para plantar certa variedade de determinada espécie foram utilizados, em 3 hectares, 75kg de sementes. Qual a quantidade necessária para plantar 11 hectares?
 - a) 25 kg
 - b) 825 kg
 - c) 75 kg
 - d) 225 kg
 - e) 275 kg

4. Duas torneiras, de mesma vazão, enchem uma caixa d'água em 90 minutos. Em quanto tempo três torneiras iguais encheriam a mesma caixa d'água?
 - a) 135 minutos;
 - b) 45 minutos;
 - c) 30 minutos
 - d) 60 minutos;
 - e) 1 hora e 30 minutos.
5. Cinco gatos pegam 5 ratos em 5 minutos. 50 gatos pegam 50 ratos em...
 - a) 50 minutos;
 - b) 25 minutos
 - c) 10 minutos;

- d) 5 minutos
- e) Meia hora.

6. Para plantar 10 hectares de arroz o produtor fez empréstimo de R\$ 28.000,00 no banco para pagar no prazo de um ano à taxa de juros de 6% a.a. Qual o valor de juros a ser pago pelo produtor?

- a) R\$ 1.680,00
- b) R\$ 16.800,00
- c) R\$ 168,00
- d) R\$ 2.800,00
- e) R\$ 280,00

7. No quintal há coelhos e galinhas no total de 21 cabeças e 54 pés. Quantos são as galinhas e os coelhos?

- a) 12 galinhas e 9 coelhos;
- b) 9 galinhas e 12 coelhos;
- c) 15 galinhas e 6 coelhos;
- d) 6 galinhas e 15 coelhos;
- e) 11 galinhas e 10 coelhos.

8. De uma área correspondendo a 18 hectares, o técnico orientou ao produtor que a dividisse da seguinte maneira:

- um terço seria plantado com arroz;
- um quarto com mandioca;
- um quinto com milho;
- um sexto com feijão;
- o restante seria plantado com cana-de-açúcar.

As áreas a serem plantadas com cada cultura são respectivamente:

- a) 4,0 ha, 3,0 ha, 3,6 ha, 6,0 ha, 1,4 ha;
- b) 6,0 ha, 4,0 ha, 3,0 ha, 4,5 ha, 0,5 ha;
- c) 6,0 ha, 4,5 ha, 3,6 ha, 3,0 ha, 0,9 ha;
- d) 6,0 ha, 4,0 ha, 3,6 ha, 3,0 ha, 1,4 ha;
- e) 5,0 ha, 4,5 ha, 3,0 ha, 3,6 ha, 1,9 ha;

AGRICULTURA

1. Relacione os conceitos com as características:

() Gema () Tronco () Colo () Coifa () Raiz Pivotante () Raiz Adventícia

- I – Raiz que emerge do caule ou da folha;
- II – Estrutura meristemática característica dos caules;
- III – Região de transição entre o caule e a raiz;
- IV – Caule de grande espessura e com ramificações;
- V – Sistema radicular típico das dicotiledôneas.
- VI – Estrutura de proteção na extremidade da raiz.

- a) III, I, V, IV, II, VI;
- b) II, IV, III, VI, V, I.
- c) I, III, II, IV, VI, V
- d) VI, IV, II, V, III, I.
- e) VI, IV, III, V, II, I.

2. Relacione os tipos de caules aéreos com as características:

() Hastes () Colmos () Estipes () Troncos

- I – Caule liso, verde, flexível e delgado;
- II – Caules espessos, lenhosos e ramificados;
- III – Caules eretos, cilíndricos, sem ramificações e folhas concentradas no ápice;
- IV – Caules eretos, cilíndricos, com nós e entre-nós.

- a) III, I, IV, II;
- b) II, IV, III, I;
- c) I, III, II, IV;
- d) IV, II, III, I;
- e) I, IV, III, II.

3. As plantas são consideradas produtores primários, pois produzem os seus próprios alimentos. Esse processo químico é denominado:

- a) () desenvolvimento vegetativo
- b) () produção de flores;
- c) () fotossíntese;
- d) () fototropismo;
- e) () geotropismo.

4. Relacione as espécies com as formas de plantio:

- I – Hortaliças de plantio direto.
- II – Hortaliças de transplantio

() cebolinha,() beterraba,() pepino,() tomate,() couve,() coentro,() abóbora,() pimentão,() rabanete,() alface

- a) I, I, I, I, II, II, II, I, II, II.
- b) II, I, II, I, I, II, II, I, I, I.
- c) II, II, I, I, I, II, I, I, II, II.
- d) I, I, I, II, II, I, I, II, I, II.
- e) I, I, I, I, II, II, II, I, II, II.

5. Identifique a alternância de cultivo incorreta:

- a) coentro → alface → rabanete
- b) pepino → quiabo → couve
- c) cenoura → alface → beterraba
- d) tomate → pimentão → quiabo
- e) alface → cenoura → beterraba

6. Faça a relação da doença com a cultura correspondente.

I – Arroz, II – Feijão, III – Mandioca, IV – Milho.

- () Helmintosporiose, Cercosporiose.
- () Podridão radicular, virose.
- () Mosaico severo, Mosaico rugoso.
- () Escaldadura, Brusone.

- a) I, III, II, IV;
- b) II, I, IV, III;
- c) IV, II, III, I;
- d) III, IV, I, II;
- e) IV, III, II, I.

7. São insetos-pragas das plantas cultivadas:

- a) lagarta, percevejo e camaleão;
- b) besouro, lagarta e tripes;
- c) besouro, mosca doméstica e tripes;
- d) formiga, lagartixa e cochonilha;
- e) aranha, besouro e gafanhoto.

8. Uma variedade de mamão a ser cultivada, tem o espaçamento indicado em 3,0m x 2,0m. Quantas mudas deveriam ser adquiridas para cultivar dois hectares, considerando-se um acréscimo de 5% à quantidade efetivamente necessária?

- a) 3333 mudas
- b) 1667 mudas
- c) 3334 mudas;

- d) 3500 mudas;
- e) 1200 mudas.

9. Relacione o número referente às partes vegetais dispostas à mesa a sua frente com as opções abaixo:

- (6) planta monocotiledônea
- (3) raiz fasciculada
- (5) planta dicotiledônea
- (1) folhas paralelinérveas
- (2) raiz pivotante
- (4) folhas reticulínérveas

10. Determine a quantidade de sementes a ser adquirida para o plantio de dois hectares de feijão, de acordo com as indicações abaixo:

$$\frac{D \times P \times 10}{PG \times E}$$

D – Número de sementes por metro = 6 a 8.
 P – Peso de 100 sementes = 25gramas.
 PG – Percentual de germinação da semente = 92%
 E – Espaçamento entre as linhas = 0,60m

Considere a equação: Q =

- a) 31 kg
- b) 64 kg
- c) 32 kg
- d) 63 kg
- e) 54 kg

11. Sistema radicular: fasciculado; Caule: oco, mais ou menos ereto e cilíndrico; Folha: limbo de forma linear ou linera-lanceolada, pubescente (coberta de pêlos) e de comprimento variável; Inflorescência: panícula muito ramificada com espiguetas contendo uma única flor; Espiguetas: compridas; Fruto: tipo cariopse. Estas características se referem à cultura:

- a) Arroz
- b) Feijão
- c) Mandioca
- d) Milho
- e) Soja

ZOOTECNICA

1. São vacinas indispensáveis na produção de suíno:

- a) Parvovirose, rinite atrofica e newcastle;
- b) Pneumonia enzoótica, manqueira e parvovirose;
- c) Rinite atrofica, manqueira e colibacilose;
- d) Newcastle, mareck e bouba.
- e) Colibacilose, pneumonia enzoótica e parvovirose;

2. São raças de suínos criados no Brasil:

- a) large white, hampshire e landrace;
- b) landrace, large white e santa inês;
- c) piau, landrace e boer;
- d) holandesa, duroc e hampshire;
- e) santa gertrudes, piau e boer.

3. As vacas, geralmente, são bastante cuidadosas com os seus bezerros logo após o nascimento, inclusive lambendo-os com o objetivo de limpeza e secagem dos elos e de estímulo da respiração e circulação sanguínea. Outros cuidados devem ser tomados pelo tratador, exceto:

- a) secá-lo com pano limpo;
- b) induzi-lo a mamar o colostro;
- c) fornecer uma pequena porção de reação concentrada;
- d) cortar o corão umbilical;
- e) fazer a desinfecção do coto umbilical.

4. No programa de vacinação das aves, estas recebem vários tipos de vacinas, por via ocular, por perfuração na asa e na água de beber ao longo da vida produtiva. Geralmente a primeira vacinação, na granja, ocorre aos 7 dias de idade, entretanto os pintos ao chegarem à granja já devem vir vacinados contra:

- a) Newcastle e Bronquite infecciosa;
- b) Bouba e Gumboro;
- c) Bouba e Marek
- d) Gumboro e Marek
- e) Bronquite infecciosa e Gumboro.

5. As abelhas têm estrutura corpórea com denominações e características específicas. Dentre as características abaixo apenas uma não está incorreta:

- a) O aparelho bucal é composto de Labro, Mandíbulas e Maxilas;
- b) As pernas são divididas em Coxa, Trocantes, Fêmur, Tíbia e Unhas;
- c) A glossa é coberta de pêlos com uma estrutura interna frágil e flexível;
- d) O tórax é dividido em três segmentos: Protórax, Mesotórax e Metatórax;
- e) A glândula mandibular está localizada na cabeça e é ausente nos zangões.

6. Na criação de aves caipira há produtores que optam pela criação para corte, para ovos e mista. Dentre as opções abaixo uma não representa raças desses animais.
- a) Jersey;
 - b) Label Rouge;
 - c) Plymouth Rock Barrada;
 - d) Rhode Island Red
 - e) Carijó Caipira
7. As doenças que acometem os animais domésticos criados com fins econômicos causam a considerável elevação dos custos de produção aos criadores, tanto no processo curativo como nas ações profiláticas. Esta última, entretanto, deve ser a opção desejável. O tratamento profilático fundamental é a vacinação. As vacinações são, em muitos casos, aplicadas pelos próprios tratadores, cuja qualificação à tarefa é exclusivamente prática. Pessoa não habilitada é proibida de aplicar a vacina contra:
- a) Carbúnculo Sintomático;
 - b) Febre Aftosa;
 - c) Brucelose;
 - d) Pneumoenterite;
 - e) As opções a) e d).

AGROINDÚSTRIA

1. Dentre as opções abaixo uma não significa um dos objetivos do atordoamento das aves no processo de abate.
- a) relaxamento muscular;
 - b) abate humanitário;
 - c) evita lesões, especialmente nas asas;
 - d) promover a imobilização das aves;
 - e) redução drástica da mão-de-obra.
2. Quanto à maturação as frutas estão divididas em dois grupos: I – Climatéricas e II – Não Climatéricas. Faça a identificação correta das frutas abaixo:
- () banana e goiaba;
 - () coco e limão;
 - () abacaxi e tangerina;
 - () goiaba e mamão;
 - () laranja e caju.
- a) II, I, I, II, II.

- b) I, I, II, I, I, II.
- c) I, II, I, I, II.
- d) I, II, II, I, II.
- e) II, I, I, I, II.

3. Considerando os processos de conservação de produtos de origem animal, faça a correlação certa entre os processos e os métodos.

I – Conservação através da cura.

II – Conservação por tratamento térmico.

III – Conservação pelo frio.

- () resfriamento
- () nitrito
- () nitrato
- () esterilização
- () açúcar
- () sal
- () congelamento
- () pasteurização
- () condimentos

- a) II, I, III, I, I, II, II, III, III.
- b) III, I, I, II, I, I, III, II, I.
- c) I, II, III, I, I, II, III, I, I.
- d) II, III, I, I, II, III, II, I, I.
- e) III, I, I, I, II, I, III, II, I.

GERAIS

1. Nos termos da Lei nº 8.629/93 que regula os dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária a afirmativa incorreta é:
 - a) A propriedade rural que não cumprir a função social prevista em lei é passível de desapropriação;
 - b) A desapropriação por interesse social aplicável ao imóvel que não cumpra sua função social importa prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária;
 - c) São suscetíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária a pequena e a média propriedade rural, mesmo que o seu proprietário não possua outra propriedade rural;
 - d) Não será passível de desapropriação, para fins de Reforma Agrária, o imóvel que comprove estar sendo objeto de implantação de projeto técnico que atenda a requisitos legais específicos;
 - e) A indenização é considerada justa quando refletir o preço atual de mercado do imóvel em sua totalidade.

2. De acordo com o Estatuto da Terra, a propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:
 - a) Assegura a conservação dos recursos naturais; observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre as que a possuem e a cultivam, gerando recursos econômicos satisfatórios para os seus proprietários;
 - b) Propicia ganhos econômicos aos proprietários e justos salários aos trabalhadores com seguro previdenciário rural;
 - c) Favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais; observa as disposições legais e que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e as cultivam;
 - d) Cria mecanismos tecnológicos de aprimoramento do cultivo da terra; mantém níveis satisfatórios de produtividade sem degradação ambiental;
 - e) Os proprietários concedem planos de saúde aos trabalhadores rurais; seguem as leis trabalhistas pertinentes e fornecem terra para o plantio de subsistência à família do trabalhador rural.

3. Na década de 1980, o processo de industrialização da agricultura brasileira concentrou a propriedade da terra, diferenciou regiões e segmentou a mão-de-obra. Para fazer face à ameaça de expulsão da terra surgiram, nessa época, novos movimentos sociais. A alternativa abaixo que reúne três dos movimentos sociais surgidos nessa década é:
 - a) Conselho Nacional de Seringueiros, Confederação dos Trabalhadores na Agricultura e Movimento dos Atingidos por Barragens;
 - b) Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Movimento dos Atingidos por Barragens; Ligas Camponesas;
 - c) Movimento dos Atingidos por Barragens; Conselho Nacional dos Seringueiros; Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra;
 - d) União Democrata Ruralista; Conselho Nacional dos Seringueiros; Ligas Camponesas;
 - e) Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra; Ligas Camponesas; Departamento de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores.

PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA COM ALUNOS

1. O que o motivou a participar do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado?
 - a) Vocação
 - b) Necessidade
 - c) Falta de opção
 - d) Sugestão de terceiros
2. Como te sentias quando ias   Vila Diamante para a escolarização?
 - a) Muito motivado;
 - b) Motivado;
 - c) Pouco motivado;
 - d) Cumprir compromisso
3. Com te sentias durante as aulas?
 - a) Empolgado;
 - b) Muito interessado;
 - c) Interessado;
 - d) Pouco interessado
4. Cumpriste as tarefas das aulas, no TE, estabelecidas pelos professores?
 - a) Nenhuma
 - b) Poucas
 - c) Várias
 - d) Todas
5. Cumpriste as tarefas das aulas, no TC, estabelecidas pelos professores?
 - a) Nenhuma
 - b) Poucas
 - c) Várias
 - d) Todas
6. Acreditas ter condições de assumir um empreendimento agropecuário, seja próprio ou empregado?
 - a) Não tenho tanta certeza
 - b) Sim, com ajuda de terceiros

- c) Sim
- d) Totalmente

7. Coloca em ordem de preferência as 5 disciplinas que mais gostaste de estudar neste curso.
8. Já tens algum trabalho com contribuição dos conhecimentos recém adquiridos? Qual ou quais?

ENTREVISTA COM OS PROFESSORES E COORDENADORES

1. Que impressão dos alunos você teve no primeiro contato com a turma?
2. Na sua percepção, havia interesse dos alunos pela sua disciplina?
3. Como os alunos reagem quando era proposto a eles o trabalho do Tempo Comunidade?
4. Quanto à participação nas aulas da sua disciplina como os alunos agiram?
6. Qual a sua impressão quanto à formação dos alunos como Técnicos em Agropecuária?
7. Qual a sua opinião sobre a apresentação da disciplina na forma de módulo, quanto ao aproveitamento pelos alunos?
8. Destaque os aspectos positivos e negativos da apresentação da sua disciplina na forma intensiva como foi trabalhada.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
MARANHÃO

Campus São Luis Maracaná

QUESTIONÁRIO INICIAL



UFRRJ

Aplicado no final da etapa I das turmas I e II.

Participaram deste questionário 50 alunos

ITENS	MB	BO	RZ	RU
13. O grau de conhecimento adquirido até esta etapa como aluno do curso.				
14. Sua expectativa quanto à conclusão do curso Téc. em Agropecuária.				
15. Sua expectativa quanto a trabalhar na profissão Téc.em Agropecuária.				
16. Faça a sua auto-avaliação				
17. Faça a avaliação da sua turma.				

MB-MuitoBom/MuitoImportante. BO-Bom/Importante. RZ-Razoável/Média Importância. RU-Ruim/Pouco Importante



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
MARANHÃO

Campus São Luís Maracanã

QUESTIONÁRIO FINAL



UFRRJ

Aplicado no final da etapa VII das turmas I e II.

Participaram deste questionário 36 alunos.

ETAPAS – I a VII (1ª à 3ª séries)

PERÍODO: 24 / 02 / 2006 a 11 / 12 / 2008

Proceda a Avaliação da Etapa com atenção e o máximo de lealdade quanto às situações ocorridas.

Marque com X a opção que considerar justa a cada item da avaliação.	MB	B	RZ	RU
13. O grau de conhecimento adquirido até esta etapa como aluno do curso.				
14. Sua expectativa quanto à conclusão do curso Téc. em Agropecuária.				
15. Sua expectativa quanto a trabalhar na profissão Téc.em Agropecuária.				
16. Faça a sua auto-avaliação				
17. Faça a avaliação da sua turma.				

630.71098121

O48p

T

Oliveira, Expedito da Cruz Gomes, 1953-.

Pedagogia da Alternância na Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado: Experiência do IFMA Campus São Luis Maracanã, no Assentamento Diamante Negro Jutay / Expedito da Cruz Gomes Oliveira - 2010.

92 f.: il.

Orientador: Sandra Barros Sanchez.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 56-57.

1. Ensino agrícola - Maranhão - Brasil - Teses. 2. Ensino técnico - Avaliação - Teses. 3. Aprendizagem - Avaliação - Teses. I. Sanchez, Sandra Barros, 1963-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.